



CLAUDIA MARIA SONAGLIO

Economista, doutora em Economia Aplicada e professora da UEMS. Docente do PPGDRS, orientou a pesquisa que originou este livro e possui experiência em desenvolvimento regional, dinâmicas territoriais, políticas públicas e relações socioeconômicas na região fronteira Brasil-Paraguai.

Cultura, esporte e lazer podem ampliar direitos, fortalecer identidades e aproximar a universidade das comunidades. Nesta obra, José Alexandre de Souza Franco e Cláudia Maria Sonaglio analisam 130 ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre 2017 e 2023, envolvendo 48.872 participantes registrados. O estudo examina projetos de Fluxo Contínuo e do Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer, identificando contribuições para inclusão social, formação cidadã, valorização cultural, bem-estar e circulação do conhecimento. Também evidencia desafios de financiamento, infraestrutura, continuidade e distribuição territorial. Com base na experiência multicampi da UEMS, o livro demonstra que o desenvolvimento regional não se limita ao crescimento econômico: ele também nasce do encontro, da expressão cultural, da convivência, da participação social e do diálogo entre universidade, sujeitos e territórios.



CULTURA, ESPORTE E LAZER COMO VETORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DA UEMS

CULTURA, ESPORTE E LAZER COMO VETORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A EXPERIÊNCIA DA UEMS



JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA FRANCO
CLÁUDIA MARIA SONAGLIO



JOSÉ ALEXANDRE FRANCO

Mestre em Desenvolvimento Regional pela UEMS, servidor da Universidade e profissional da extensão. Atua na gestão de políticas, programas e projetos de cultura, esporte e lazer, articulando formação acadêmica, participação comunitária e desenvolvimento territorial.

JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA FRANCO

CLAUDIA MARIA SONAGLIO

**CULTURA, ESPORTE E LAZER
COMO VETORES DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
A EXPERIÊNCIA DA UEMS**

1ª edição

Editora IPES

2026

Editora IPES

Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPES
CNPJ 35.301.671/0001-77

Presidência	Albertino Fachin Dias
Whatsapp	(67) 99661-0870 / (67) 99814-8169
E-mail	editoraipes@gmail.com
Endereço	Rua General Câmara, 527, Sala 02, Amambai/MS

SÉRIE DISSERTAÇÕES PPGDRS EM ACESSO ABERTO

*Conhecimento produzido na universidade,
publicado para circular na sociedade.*

PROJETO DE EXTENSÃO UEMS 2026-2028

“Comunicação Científica e Democratização do Conhecimento:
Ampliação do Acesso às Produções Acadêmicas na UEMS de Ponta
Porã por meio da Revista DFC e da Editora IPES”

Coordenação: Fabricio Antonio Deffacci

PPGDRS/UEMS - Unidade Universitária de Ponta Porã

Sobre o projeto editorial

A Série Dissertações em Acesso Aberto integra uma política de comunicação científica voltada à ampliação do acesso, da circulação e da inserção social das pesquisas produzidas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS/UEMS). A publicação em livro busca ampliar a vida pública das dissertações, favorecendo sua leitura, citação, reutilização e diálogo com diferentes públicos.

Equipe editorial

DOCENTES	DISCENTES
Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira	Elyenne Ribeiro Camargos
Carlos Otávio Zamberlan	Estefani Guadalupe Ledesma Ilara
Cláudia Maria Sonaglio	Geliel Beraldo dos Santos
Dores Cristina Grechi	Geovanna Silva Gobo
Eliana Lamberti	Giovana Oliveira Morais
Fabrizio Antonio Deffacci	Jéssica Mayara Sexuqui Furlaneto
Francis Regis Gonçalves Mendes Barbosa	João Paulo González Gonçalves
Giovane Silveira da Silveira	Maria Açucena Villasanti Prieto
Jonattan Rodriguez Castelli	Milena Ribeiro Barbosa de Freitas
Luan Carlos Santos Silva	Naiara Vera
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues	Thalita Hanieli Espíndola Lameado
Moisés Centenaro	Jéssica Mayara Sexuqui Furlaneto
Oz Solon Chovghi Iazdi	Pedro Silveira Maciel Filho
Paulo Fernando Jurado da Silva	Ana Julia da Silva Albuquerque
Ricardo Guimarães de Queiroz	Elizabeth Fonseca
Rosele Marques Vieira	Pedro Silveira Maciel Filho
Rosenery Loureiro Lourenço	Roger Michel Duarte
Silvio Freitas da Silva	

Créditos editoriais

Direção editorial	Fabrizio A. Deffacci
Projeto gráfico	Editora IPES
Diagramação	Fabrizio A. Deffacci
Capa	Fabrizio A. Deffacci - concepção e projeto gráfico. · Imagens geradas com auxílio de inteligência artificial (OpenAI/GPT)

Identificadores e infraestrutura editorial

ABEC Brasil	Crossref
Associação Brasileira de Editores Científicos	Infraestrutura internacional para registro de DOI e metadados acadêmicos

Conselho Editorial

Corpo consultivo acadêmico da Editora IPES

Alexandre Assis Tomporoski – Dr. História (UFSC)
Ailton de Souza – Dr. Ciência Política (UNICAMP)
Carlos Buesa Buson – Dr. Comunicação e Educação (UNED/EEES)
Carlos Eduardo França – Dr. Sociologia (UNESP)
Carlos Otávio Zamberlan – Dr. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Cinval Filho dos Reis – Dr. Educação (UFU)
Cláudia Maria Sonaglio – Dra. Economia Aplicada (UFV)
Dores Cristina Grechi – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliana Lamberti – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Eliotério Fachin Dias – Dr. Direito (USP)
Elson Luiz de Araujo – Dr. Educação (UNICAMP)
Fabricio Antonio Deffacci – Dr. Ciências Sociais (UNESP)
Fabricio José Missio – Dr. Economia (UFMG)
Francis Régis Barbosa – Dr. Desenvolvimento Regional (UNIOESTE)
Giovane Silveira da Silveira – Dr. Geografia (UFMS)
Herbert Gomes Martins – Dr. Ciências e Engenharia de Produção (UFRJ)
Jandir Ferreira de Lima – Dr. Desenvolvimento Regional (Québec/UQAC)
Jonattan Rodriguez Castelli – Dr. Economia (UFRGS)
José Antônio de Souza – Dr. Letras (UEL)
Leandro Marciano Marra – Dr. Ciência do Solo (UFLA)
Lucélia Aparecida Colombo – Dra. Ciência Política (UFSCar)
Marcelo Fetz de Almeida – Dr. Sociologia (UNICAMP)
Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues – Dra. História Social (USP)
Moisés Centenaro – Dr. Administração (UNISINOS)
Omar Jorge Sabbag – Dr. Geografia (UNESP)
Oz Solon Chovghi Iazdi – Dr. Ciências Econômicas (UNICAMP)
Paulo Fernando Jurado da Silva – Dr. Geografia (UNESP)
Pery Francisco Assis Shikida – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)
Rafael Fernando Hack – Dr. Filosofia (UFSCar)
Rosele Marques Vieira – Dra. Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Rosenerly Loureiro Lourenço – Dra. Ciências Contábeis (UFRJ)
Victor Azambuja Gama – Dr. Economia Aplicada (ESALQ/USP)

CIÊNCIA ABERTA | CC BY 4.0

© **Autores.** Esta obra é publicada em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). É permitido compartilhar e adaptar o material, inclusive para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos, indicada a fonte, fornecido o link da licença e informadas eventuais alterações.

creativecommons.org/licenses/by/4.0/
https://cienciaabertaipes.org/index.php/ipes/pt_BR/catalog

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Franco, José Alexandre de Souza

Cultura, esporte e lazer como vetores de desenvolvimento regional : a experiência da UEMS / José Alexandre de Souza Franco, Claudia Maria Sonaglio. -- 1. ed. -- Amambai, MS : Editora Ipes, 2026.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84067-43-1

1. Cidadania 2. Cultura 3. Desenvolvimento regional 4. Esporte 5. Extensão universitária 6. Inclusão social 7. Lazer 8. Qualidade de vida I. Sonaglio, Claudia Maria. II. Título.

26-400471.0

CDD-306.4812

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura e lazer : Sociologia 306.4812

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O

PREFÁCIO

Falar de desenvolvimento regional é falar de pessoas, de seus modos de viver, de seus vínculos e das oportunidades que encontram nos lugares onde constroem suas histórias. Embora o tema seja frequentemente associado ao crescimento econômico, ele também envolve cidadania, identidade, pertencimento e qualidade de vida, em diálogo com a tradição do Estado de Bem-Estar Social. É nesse horizonte mais humano que a cultura, o esporte e o lazer deixam de ocupar um lugar secundário e passam a ser compreendidos como direitos e como forças reais de transformação social e territorial.

Foi com essa perspectiva que acompanhei, na banca de sua dissertação, o percurso de José Alexandre de Souza Franco. Em *Cultura, Esporte e Lazer como Vetores de Desenvolvimento Regional: a experiência da UEMS*, o autor nos convida a perceber que a universidade pública interiorizada acontece para além das salas de aula e dos laboratórios: ela também ganha vida nas quadras, nos palcos, nas praças e nos encontros em que a comunidade se aproxima da academia. Ao analisar as ações extensionistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre 2017 e 2023, Alexandre evidencia contribuições para a inclusão social, a formação cidadã, a valorização da cultura regional, a saúde e a democratização do conhecimento.

Essa discussão é especialmente significativa em Mato Grosso do Sul, estado de grandes distâncias, rica diversidade sociocultural e realidades municipais muito distintas. Nesse contexto, a presença territorial da UEMS faz

da extensão uma ponte necessária entre o conhecimento acadêmico e as demandas reais da sociedade. A cultura guarda memórias e renova identidades; o esporte favorece saúde, cooperação e inclusão; o lazer amplia a qualidade de vida e o direito ao tempo vivido com dignidade. Quando articuladas à extensão, essas práticas criam espaços de escuta, participação e pertencimento.

A trajetória do autor ajuda a compreender a sensibilidade com que conduz o estudo. Educador físico, músico e servidor da UEMS, Alexandre atuou na extensão universitária e na gestão de políticas de cultura, esporte e lazer na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, ele escreve a partir de uma experiência vivida, sem abrir mão do necessário distanciamento crítico. Por isso, o livro não se reduz a um registro administrativo: é também o testemunho refletido de quem participou da construção das políticas que analisa.

Ao longo da obra, o leitor encontra um percurso bem construído. Os capítulos iniciais apresentam as bases conceituais do desenvolvimento regional e situam a universidade como agente de transformação dos territórios. Em seguida, o texto revisita os fundamentos da extensão universitária brasileira e mostra como cultura, esporte e lazer podem se converter em estratégias concretas de desenvolvimento. O núcleo empírico reúne 130 ações extensionistas – 51 de Fluxo Contínuo e 79 do PIBCEL – que alcançaram cerca de 48,9 mil participantes nas quinze unidades universitárias. Mais do que números, esses dados

revelam encontros, aprendizados e possibilidades abertas pela presença da universidade.

Entre as contribuições do estudo, merece destaque o registro de um período atravessado pela pandemia, com suas rupturas, adaptações e reinvenções. O leitor acompanha a passagem das ações para os formatos remotos e sua posterior reconfiguração, conhecendo desafios que dificilmente aparecem quando a instituição é observada apenas de fora. Também considero importante a escolha pelo acesso aberto, coerente com a própria razão de ser da universidade pública: o conhecimento que nela se produz precisa circular, alcançar novos públicos e retornar à sociedade que o sustenta.

Alexandre não evita as dificuldades encontradas. Reconhece a concentração de ações em determinados municípios, as limitações dos dados institucionais, os desafios de continuidade e a complexidade de mensurar impactos de longo prazo. Essa honestidade fortalece o trabalho, porque torna seus resultados mais precisos e, ao mesmo tempo, abre caminhos para novas pesquisas, para o planejamento institucional e para uma avaliação mais sensível das políticas de extensão.

A escrita clara, o cuidado com os dados e a capacidade de aproximar reflexão conceitual e experiência institucional fazem deste livro uma leitura relevante para pesquisadores, estudantes, gestores públicos, profissionais da extensão e lideranças comunitárias. Para a comunidade acadêmica da UEMS, a obra oferece ainda algo precioso: a possibilidade de reconhecer sua própria caminhada, aprender com ela e pensar, coletivamente, os próximos passos.

Recebam esta publicação com alegria e com a convicção de que ela amplia uma conversa necessária. Desejo que as páginas seguintes estimulem novas pesquisas, fortaleçam as políticas de extensão e nos ajudem a compreender, cada vez mais, que cultura, esporte e lazer são direitos e dimensões essenciais de uma vida digna. Que este livro também renove nossa confiança na universidade pública como presença viva, parceira das comunidades e comprometida com a construção de territórios mais inclusivos, participativos e humanos.

Dourados, 27 de setembro de 2026.
Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento regional constitui um dos grandes desafios contemporâneos, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades territoriais, sociais e econômicas. Embora frequentemente associado a indicadores econômicos, o desenvolvimento envolve dimensões mais amplas, relacionadas à ampliação das oportunidades, ao fortalecimento das capacidades humanas, à valorização das identidades culturais e à promoção da qualidade de vida das populações. Nessa perspectiva, compreender os processos que contribuem para a transformação dos territórios exige considerar diferentes atores sociais e institucionais, entre eles as universidades públicas.

Ao longo das últimas décadas, as instituições de ensino superior ampliaram sua atuação para além das atividades de ensino e pesquisa, assumindo um papel cada vez mais relevante na construção de respostas às demandas sociais. Por meio da extensão universitária, a universidade estabelece canais permanentes de diálogo com a sociedade, compartilhando conhecimentos, promovendo processos formativos e participando da construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades onde está inserida.

Entre as diversas áreas de atuação extensionista, cultura, esporte e lazer ocupam posição estratégica. Essas dimensões relacionam-se à inclusão social, à formação cidadã, à valorização das identidades locais, ao fortalecimento dos vínculos comunitários e à ampliação das oportunidades de participação. Nesse sentido, podem contribuir para o

desenvolvimento humano e para a construção de territórios mais democráticos e socialmente integrados.

Foi a partir dessa compreensão que surgiu a proposta desta obra. A experiência profissional desenvolvida ao longo dos anos junto às ações de cultura, esporte e lazer da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul possibilitou acompanhar de perto projetos, eventos e iniciativas extensionistas realizados em diferentes regiões do estado. Esse contato permanente com estudantes, docentes, técnicos, gestores e comunidades permitiu observar o potencial transformador dessas ações e despertou o interesse em compreender de forma mais aprofundada sua contribuição para o desenvolvimento regional.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul possui características que a tornam particularmente relevante nesse debate. Sua presença em diferentes regiões do estado, por meio de unidades universitárias distribuídas em diversos municípios, favorece uma relação próxima com as realidades locais e amplia as possibilidades de interação com as comunidades. Nesse contexto, a extensão universitária assume papel importante ao promover ações que articulam conhecimento acadêmico e demandas sociais, fortalecendo o compromisso institucional com o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.

Esta obra apresenta uma análise das ações de extensão desenvolvidas pela UEMS nas áreas de cultura, esporte e lazer entre os anos de 2017 e 2023. Ao longo dos capítulos, são discutidos os fundamentos teóricos do desenvolvimento regional, o papel das universidades na promoção de transformações sociais, os conceitos relacionados à extensão universitária e a importância da cultura, do esporte e do lazer como instrumentos de desenvolvimento. Além disso, são

apresentados dados sobre a distribuição das ações extensionistas, sua abrangência territorial e os impactos observados nas comunidades atendidas.

Este livro procura evidenciar como iniciativas extensionistas podem ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer relações comunitárias, valorizar expressões culturais e criar oportunidades de desenvolvimento humano. Ao registrar essa experiência institucional, também oferece elementos para reflexões em universidades e organizações comprometidas com a transformação social.

Espera-se que esta obra contribua para o fortalecimento do debate sobre extensão universitária, cultura, esporte, lazer e desenvolvimento regional, oferecendo elementos para pesquisadores, gestores, estudantes e demais interessados compreenderem a relevância dessas ações na construção de territórios mais inclusivos, participativos e socialmente desenvolvidos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A universidade e os desafios do desenvolvimento regional.....	16
A extensão universitária como ponte entre universidade e sociedade.....	18
Cultura, esporte e lazer como dimensões do desenvolvimento	20
A experiência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul..	22
Percursos e reflexões sobre a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento regional	24
 CAPÍTULO 1: Desenvolvimento Regional: Conceitos, Perspectivas e Desafios.....	27
1.1 Desenvolvimento além do crescimento econômico	27
1.2 Desenvolvimento humano e ampliação das capacidades	29
1.3 A dimensão territorial do desenvolvimento regional	31
1.4 Potencialidades locais, cultura e desenvolvimento	34
 CAPÍTULO 2: Universidade e Desenvolvimento Regional	37
2.1 A universidade como agente de transformação social	37
2.2 Produção do conhecimento e desenvolvimento regional	39
2.3 Universidades, organizações e transformação dos territórios..	42
2.4 Cooperação, redes e sistemas de inovação	44
2.5 A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional.....	47

CAPÍTULO 3: Extensão Universitária: Fundamentos, Evolução e Impactos	50
3.1 Concepções de extensão universitária	50
3.2 A extensão universitária no Brasil	53
3.3 Extensão e transformação social	56
3.4 Curricularização da extensão	59
3.5 Desafios contemporâneos da extensão universitária	61
 CAPÍTULO 4: Cultura, Esporte e Lazer como Vetores de Desenvolvimento.....	65
4.1 Cultura e desenvolvimento regional	65
4.2 Esporte e inclusão social	68
4.3 Lazer e qualidade de vida.....	72
4.4 Cultura, esporte e lazer como estratégias de desenvolvimento.....	74
 CAPÍTULO 5: A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e sua Inserção Regional	78
5.1 Criação e interiorização da UEMS.....	78
5.2 Estrutura multicampi e presença territorial	80
5.3 A extensão universitária na UEMS.....	83
5.4 Cultura, esporte e lazer na trajetória institucional.....	85
 CAPÍTULO 6: Projetos de Extensão em Cultura, Esporte e Lazer na UEMS (2017–2023).....	89
6.1 Panorama geral das ações extensionistas	89
6.2 Projetos de Fluxo Contínuo.....	91
6.3 Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer – PIBCEL.....	95

6.4 Distribuição territorial das ações	97
6.5 Alcance e participação da comunidade	99
 CAPÍTULO 7: Impactos da Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional	 103
7.1 Inclusão social e democratização do acesso	104
7.2 Formação cidadã e desenvolvimento humano	106
7.3 Valorização da cultura regional e identidade social	108
7.4 Saúde, bem-estar e qualidade de vida	110
7.5 Educação, tecnologia e acesso ao conhecimento.....	112
Síntese do capítulo	114
 CAPÍTULO 8: Desafios e Perspectivas para a Extensão Universitária.....	 116
8.1 Limitações institucionais e financeiras	117
8.2 Desafios operacionais, participação e adaptação.....	119
8.3 Sustentabilidade e avaliação das ações extensionistas.....	121
8.4 Perspectivas para cultura, esporte e lazer na UEMS	123
Síntese do capítulo	126
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 127
 REFERÊNCIAS	 132
 ÍNDICE REMISSIVO.....	 145
 SOBRE OS AUTORES	 150

INTRODUÇÃO

A UNIVERSIDADE E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional figura entre os temas mais relevantes do debate contemporâneo, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Embora frequentemente associado ao crescimento econômico, o desenvolvimento não se limita ao aumento da produção, da renda ou dos indicadores financeiros. Trata-se de um processo mais amplo, que envolve a melhoria das condições de vida da população, a ampliação das oportunidades de participação social, o fortalecimento das capacidades humanas e a valorização das potencialidades presentes em cada território.

As transformações observadas nas últimas décadas evidenciam que o desenvolvimento não ocorre de maneira homogênea. Enquanto algumas regiões conseguem consolidar dinâmicas econômicas, sociais e culturais capazes de impulsionar seu crescimento, outras enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à educação, à infraestrutura, aos serviços públicos e às oportunidades de inserção social e produtiva. Essas diferenças reforçam a necessidade de compreender o desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, influenciado por fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais.

Nesse contexto, ganha destaque a importância das instituições capazes de contribuir para a formação de pessoas, a produção de conhecimento e a promoção de iniciativas voltadas à transformação social. Entre essas instituições, as universidades ocupam posição estratégica. Além de sua função tradicional relacionada ao ensino e à pesquisa, as universidades assumem papel cada vez mais relevante na construção de respostas para os desafios enfrentados pelas comunidades onde estão inseridas.

Ao formar profissionais, produzir conhecimento científico e estimular processos de inovação, as universidades participam da construção das condições necessárias ao desenvolvimento. Sua atuação ultrapassa os limites físicos dos campi e dos ambientes acadêmicos: as instituições de ensino superior são chamadas a dialogar com a sociedade, compartilhar saberes, construir soluções coletivas e contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

Essa compreensão reforça a universidade como espaço de produção e circulação do conhecimento e, ao mesmo tempo, como instituição comprometida com a transformação social. Sua presença nos territórios pode contribuir para a formação cidadã, o fortalecimento das organizações sociais, a valorização das identidades culturais e a construção de ambientes mais inclusivos e democráticos.

Ao reconhecer a complexidade dos processos de desenvolvimento regional, torna-se evidente que nenhuma instituição, isoladamente, é capaz de responder aos desafios existentes. O desenvolvimento resulta da articulação entre diferentes atores sociais, econômicos e políticos, que compartilham responsabilidades na construção de estratégias voltadas ao bem-estar coletivo. Nesse cenário, as universidades se destacam por sua capacidade de promover o

diálogo entre conhecimento científico e demandas sociais, aproximando diferentes setores da sociedade em torno de objetivos comuns.

É justamente nessa interface entre universidade e sociedade que emergem algumas das experiências mais significativas de promoção do desenvolvimento regional. Por meio de ações que articulam conhecimento, participação social e valorização das potencialidades locais, as instituições de ensino superior ampliam sua contribuição para além da formação acadêmica, tornando-se parceiras na construção de territórios mais desenvolvidos, inclusivos e socialmente comprometidos.

A extensão universitária como ponte entre universidade e sociedade

A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional manifesta-se de diferentes formas, seja pela formação de profissionais qualificados, pela produção de conhecimento científico ou pela geração de inovações capazes de responder às demandas da sociedade. Entretanto, existe uma dimensão que aproxima de maneira mais direta a universidade das comunidades e dos territórios em que está inserida: a extensão universitária.

A extensão representa um espaço privilegiado de interação entre universidade e sociedade. Por meio dela, o conhecimento produzido no ambiente acadêmico ultrapassa os limites institucionais e estabelece diálogo com grupos sociais, organizações, comunidades e instituições públicas. Em lugar de uma transferência unilateral de conhecimentos, a extensão pressupõe construção compartilhada de saberes e reconhece que as

comunidades também produzem experiências e práticas capazes de enriquecer o fazer universitário.

Ao longo de sua trajetória histórica no Brasil, a extensão universitária passou por importantes transformações. Inicialmente associada a práticas de caráter predominantemente assistencialista, evoluiu para uma concepção baseada na interação dialógica, na participação social e na construção coletiva de soluções para problemas concretos. Essa mudança fortaleceu o entendimento de que a universidade exerce papel social que ultrapassa a formação acadêmica, assumindo também o compromisso de contribuir para o desenvolvimento humano, social e cultural das populações com as quais se relaciona.

Nessa perspectiva, a extensão universitária constitui um instrumento de democratização do conhecimento. Ao promover a circulação de saberes entre universidade e sociedade, cria oportunidades para que estudantes, docentes, técnicos e membros da comunidade participem conjuntamente de processos educativos, culturais, científicos e sociais. Essa interação favorece a formação acadêmica, amplia a compreensão sobre as realidades locais e fortalece a capacidade de intervenção diante dos desafios enfrentados pelos territórios.

Além dos benefícios relacionados à formação universitária, as ações extensionistas podem contribuir para o fortalecimento das comunidades, para a valorização das identidades locais e para a ampliação do acesso a bens, serviços e oportunidades muitas vezes indisponíveis para parcelas significativas da população. Em diferentes contextos, a extensão tem possibilitado a aproximação entre conhecimento acadêmico e necessidades sociais, estimulando

iniciativas voltadas à inclusão social, à cidadania, à educação, à cultura, ao esporte, à saúde e ao desenvolvimento comunitário.

Nos últimos anos, a consolidação da extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa reforçou ainda mais sua importância no cenário da educação superior brasileira. Esse reconhecimento evidencia que a formação universitária se torna mais completa quando articulada às demandas da sociedade, permitindo que o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior dialogue diretamente com os desafios e potencialidades presentes nos territórios.

É nesse contexto que determinadas áreas da extensão assumem especial relevância. Entre elas, destacam-se as ações voltadas à cultura, ao esporte e ao lazer, campos que possibilitam ampliar o acesso a direitos, fortalecer vínculos sociais, valorizar identidades culturais e promover experiências capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e regional.

Cultura, esporte e lazer como dimensões do desenvolvimento

Durante muito tempo, as discussões sobre desenvolvimento concentraram-se prioritariamente em aspectos econômicos, atribuindo pouca atenção a outras dimensões igualmente relevantes para a vida das pessoas e das comunidades. Contudo, o avanço das reflexões sobre desenvolvimento humano e desenvolvimento regional ampliou essa compreensão, evidenciando que fatores culturais, sociais e educacionais exercem papel na construção de sociedades mais inclusivas, participativas e sustentáveis.

Nesse movimento, cultura, esporte e lazer passaram a ser compreendidos como dimensões relevantes da formação humana, da convivência social e da valorização das identidades coletivas. Relacionam-se ao exercício da cidadania, à ampliação das oportunidades de participação e à promoção do bem-estar individual e coletivo.

A cultura ocupa posição central nesse processo ao possibilitar a preservação da memória, o fortalecimento das identidades locais e a valorização da diversidade presente nos territórios. As manifestações culturais expressam histórias, conhecimentos, tradições e formas de organização social construídas ao longo do tempo, constituindo importante patrimônio das comunidades. Ao mesmo tempo, a cultura também representa espaço de criação, inovação e diálogo, contribuindo para a construção de ambientes mais democráticos e socialmente integrados.

O esporte, por sua vez, apresenta potencial para promover inclusão social, convivência comunitária e desenvolvimento pessoal. Além dos benefícios relacionados à saúde e à qualidade de vida, as práticas esportivas favorecem a construção de valores como cooperação, respeito, disciplina e trabalho coletivo. Em diferentes contextos, o esporte tem sido utilizado como instrumento de integração social e de fortalecimento de processos educativos, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

O lazer também assume relevância significativa no contexto do desenvolvimento humano. Muito além do tempo livre, o lazer está associado ao acesso a experiências culturais, esportivas, recreativas e educativas que contribuem para o bem-estar, para a socialização e para a melhoria da qualidade de vida. O acesso a oportunidades de lazer constitui importante indicador de inclusão social, especialmente em

regiões onde tais experiências são limitadas por fatores econômicos, geográficos ou estruturais.

Quando articuladas por meio de políticas públicas e ações institucionais, a cultura, o esporte e o lazer podem contribuir para a valorização das potencialidades locais, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a ampliação das oportunidades de participação social. Seus impactos ultrapassam os benefícios individuais, alcançando dimensões coletivas relacionadas à coesão social, à formação cidadã e ao desenvolvimento dos territórios.

Nesse cenário, as universidades encontram nesses campos importantes possibilidades de atuação extensionista. Por meio de projetos, programas, eventos e diferentes iniciativas voltadas às comunidades, as instituições de ensino superior ampliam o acesso a experiências culturais, esportivas e de lazer, fortalecendo sua função social e contribuindo para processos de desenvolvimento que valorizam as pessoas, os territórios e suas múltiplas formas de expressão.

A experiência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A presença das universidades públicas em diferentes regiões do país representa uma importante oportunidade de aproximação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais. Em estados marcados por significativa diversidade territorial, econômica e cultural, essas instituições assumem protagonismo na promoção de iniciativas capazes de dialogar com as especificidades locais e contribuir para o fortalecimento das comunidades.

Nesse contexto, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) destaca-se por sua ampla inserção

territorial e por sua trajetória comprometida com a democratização do acesso à educação superior. Desde sua criação, a instituição tem desenvolvido ações voltadas à formação acadêmica, à produção do conhecimento e à interação com a sociedade, buscando contribuir para o desenvolvimento das diferentes regiões do estado.

A estrutura multicampi da universidade, presente em diferentes regiões do estado, favorece uma relação próxima com as realidades locais, permitindo que suas atividades alcancem municípios com características econômicas, sociais e culturais distintas. Essa presença territorial amplia as possibilidades de atuação da instituição e fortalece sua capacidade de desenvolver ações alinhadas às necessidades e potencialidades das comunidades onde está inserida.

Entre as diferentes formas de interação com a sociedade, a extensão universitária ocupa posição de destaque. Por meio dela, a UEMS tem promovido iniciativas que aproximam estudantes, docentes, técnicos e comunidade externa em torno de objetivos comuns, fortalecendo o diálogo entre universidade e sociedade e ampliando o alcance social do conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

Nas áreas de cultura, esporte e lazer, essa atuação revela-se particularmente significativa. Ao longo dos anos, diferentes projetos, programas e ações extensionistas foram desenvolvidos em diversas unidades universitárias, envolvendo públicos variados e contemplando realidades regionais distintas. Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer, ao mesmo tempo em que estimularam processos de formação, participação social e valorização das identidades locais.

Essas ações evidenciam o potencial da extensão universitária como espaço de interação social. Ao estabelecer

conexões entre universidade e comunidade, os projetos de cultura, esporte e lazer criam oportunidades de troca de conhecimentos, fortalecimento dos vínculos comunitários e ampliação das possibilidades de desenvolvimento humano.

A experiência da UEMS torna-se relevante por permitir observar, em diferentes contextos territoriais, como as ações extensionistas podem contribuir para a promoção da inclusão social, para a democratização do acesso a bens culturais e esportivos e para o fortalecimento das relações entre universidade e sociedade. Trata-se de uma experiência construída a partir da diversidade dos territórios sul-mato-grossenses e da participação de diferentes atores envolvidos na realização das ações.

É a partir dessa trajetória institucional que esta obra se desenvolve. Ao analisar as ações de cultura, esporte e lazer promovidas pela UEMS, busca-se compreender de que maneira essas iniciativas dialogam com os processos de desenvolvimento regional, evidenciando suas contribuições, seus desafios e suas potencialidades no contexto das comunidades atendidas.

Percursos e reflexões sobre a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento regional

As reflexões apresentadas até aqui evidenciam que o desenvolvimento regional constitui um fenômeno complexo, construído a partir da interação entre diferentes atores, instituições e dinâmicas territoriais. Nesse processo, as universidades públicas assumem papel relevante na formação de profissionais, na produção do conhecimento e na construção de respostas para as demandas sociais, além da

capacidade de estabelecer conexões permanentes com a sociedade por meio da extensão universitária.

Ao aproximar universidade e comunidade, a extensão cria oportunidades para que o conhecimento acadêmico dialogue com demandas concretas dos territórios, favorecendo processos de aprendizagem, participação social e construção coletiva de soluções. Quando desenvolvidas em áreas como cultura, esporte e lazer, essas ações ampliam ainda mais seu alcance, contribuindo para a valorização das identidades locais, para a inclusão social e para o fortalecimento das capacidades humanas e comunitárias.

A experiência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul oferece um contexto relevante para a compreensão dessas relações. Sua presença em diferentes regiões do estado e a diversidade de ações desenvolvidas ao longo dos anos permitem observar como iniciativas extensionistas podem dialogar com realidades distintas, alcançando públicos variados e promovendo impactos que ultrapassam os limites do ambiente universitário.

É nesse cenário que se insere a presente obra. Ao reunir fundamentos teóricos, reflexões conceituais e evidências oriundas das ações desenvolvidas pela UEMS, busca-se compreender de que maneira cultura, esporte e lazer podem atuar como vetores de desenvolvimento regional quando articulados pela extensão universitária. A experiência institucional é tomada como base para discutir o papel das universidades em processos de transformação social comprometidos com as pessoas, os territórios e suas potencialidades.

Ao longo das páginas que seguem, o leitor encontrará uma discussão que articula diferentes perspectivas sobre desenvolvimento regional, universidade, extensão universitária e as contribuições da cultura, do esporte e do

lazer para a construção de sociedades mais inclusivas e participativas. A análise da experiência da UEMS permite evidenciar como essas dimensões podem convergir na promoção de oportunidades de formação, cidadania e desenvolvimento humano.

Espera-se, assim, que as reflexões apresentadas contribuam para ampliar a compreensão sobre a importância da extensão universitária e inspirem novas iniciativas capazes de fortalecer os vínculos entre universidade e sociedade, reafirmando o compromisso das instituições públicas de ensino superior com o desenvolvimento regional e com a transformação social.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCEITOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

1.1 Desenvolvimento além do crescimento econômico

As discussões sobre desenvolvimento ocupam posição central nos estudos econômicos, sociais e territoriais. Apesar de amplamente utilizado, o conceito permanece marcado por diferentes interpretações, refletindo a complexidade dos processos que envolvem as transformações das sociedades. De modo geral, as abordagens contemporâneas convergem para o entendimento de que o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico ou à simples expansão dos indicadores de produção e renda.

Durante muito tempo, o progresso das nações e das regiões foi avaliado principalmente por indicadores econômicos, como o aumento da produção de bens e serviços e a expansão da renda. Embora esses elementos continuem relevantes para a análise das dinâmicas econômicas, mostram-se insuficientes para explicar as múltiplas dimensões que compõem o desenvolvimento. O crescimento econômico pode ocorrer sem que haja melhorias significativas nas

condições de vida da população, na redução das desigualdades ou na ampliação das oportunidades sociais.

Nesse sentido, Oliveira (2002) diferencia crescimento econômico e desenvolvimento ao destacar que o primeiro está relacionado ao aumento da renda e da capacidade produtiva, enquanto o segundo envolve transformações mais amplas, voltadas à melhoria das condições de vida da população. Para o autor, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo complexo de mudanças econômicas, políticas, humanas e sociais, capaz de promover avanços em áreas como educação, saúde, infraestrutura e bem-estar coletivo.

Essa compreensão é reforçada por Caetano (2016), ao afirmar que o desenvolvimento não pode ser analisado apenas pela expansão quantitativa da economia. Segundo o autor, o conceito pressupõe mudanças estruturais nas diferentes dimensões da sociedade, envolvendo aspectos sociais, institucionais e produtivos. Dessa forma, indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), embora importantes, não são suficientes para expressar a qualidade do desenvolvimento de uma região ou de um país. Torna-se necessário considerar também a distribuição dos recursos, o acesso aos direitos sociais e os impactos das políticas públicas sobre a vida da população.

Ao aprofundar essa discussão, Furtado (2000) argumenta que o desenvolvimento deve ser analisado para além da acumulação de riqueza. Em sua perspectiva, o progresso social resulta da articulação entre eficiência produtiva e satisfação das necessidades humanas. O autor destaca que o desenvolvimento envolve, simultaneamente, a capacidade de geração de riqueza, o atendimento das necessidades básicas da população e a busca por objetivos sociais coletivos. Essa abordagem evidencia que o

desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas incorpora preocupações relacionadas à equidade, à inclusão social e à melhoria das condições de vida.

A ampliação desse entendimento contribuiu para superar concepções que associavam desenvolvimento exclusivamente ao desempenho econômico. Passou-se a reconhecer que o progresso de uma sociedade depende da capacidade de produzir riqueza e, sobretudo, da forma como recursos e oportunidades alcançam a população. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento assume caráter multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais.

Essa mudança de enfoque abriu caminho para abordagens voltadas à ampliação das oportunidades e das capacidades humanas, perspectiva que ganhou destaque com as contribuições de Amartya Sen e será discutida na próxima seção.

1.2 Desenvolvimento humano e ampliação das capacidades

A ampliação do conceito de desenvolvimento levou à incorporação de dimensões que ultrapassam os aspectos econômicos e produtivos. Nesse contexto, ganharam destaque abordagens que passaram a considerar as pessoas como protagonistas do processo de desenvolvimento, deslocando o foco da análise dos indicadores de riqueza para as condições efetivas de vida da população.

Entre as contribuições mais influentes nesse debate destacam-se as reflexões de Sen (2010), que associam o desenvolvimento à ampliação das liberdades e das capacidades humanas. Para o autor, o desenvolvimento não

se reduz ao crescimento da renda ou à expansão da economia; envolve ampliar as possibilidades de escolha das pessoas e fortalecer sua capacidade de viver a vida que valorizam. Essa abordagem relaciona desenvolvimento à participação social e ao acesso a condições que permitam o exercício efetivo da liberdade.

A proposta de Sen (2010) representa uma mudança significativa em relação às abordagens tradicionalmente centradas nos resultados econômicos. O autor argumenta que a existência de riqueza, por si só, não garante melhores condições de vida. O que realmente importa é a capacidade das pessoas de transformar recursos disponíveis em oportunidades concretas de realização pessoal e coletiva. Assim, duas regiões com níveis semelhantes de renda podem apresentar resultados bastante distintos em termos de desenvolvimento humano, dependendo das condições de acesso a direitos, serviços e oportunidades.

Sob essa ótica, a liberdade deixa de ser apenas um resultado do desenvolvimento para tornar-se também um de seus principais meios de promoção. Quanto maiores as oportunidades de participação social, acesso ao conhecimento, qualificação profissional, expressão cultural e exercício da cidadania, maiores tendem a ser as possibilidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão sobre o papel das políticas públicas e das instituições sociais na promoção do desenvolvimento. A educação, a saúde, a cultura, o esporte e outras dimensões da vida social passam a ser entendidas como elementos estratégicos para a ampliação das capacidades humanas, favorecendo processos de inclusão e fortalecimento da autonomia individual e coletiva.

Em diálogo com essa abordagem, Silva (2017) destaca a importância de compreender o desenvolvimento a partir do desenvolvimento humano e do bem-estar populacional. O progresso social, nessa perspectiva, precisa ser examinado em conjunto com as condições concretas de vida, o que exige atenção a aspectos como educação, saúde, inclusão social e qualidade de vida.

Ao colocar as capacidades humanas no centro da análise, essa perspectiva amplia a compreensão dos processos de transformação social. O desenvolvimento passa a envolver a geração de recursos e a criação de condições para que indivíduos e comunidades ampliem oportunidades, fortaleçam sua autonomia e participem da construção de seu futuro.

Essa compreensão torna-se ainda mais relevante quando se considera que as oportunidades de desenvolvimento não se distribuem de maneira homogênea entre os territórios. As características econômicas, sociais, culturais e institucionais de cada região influenciam diretamente as possibilidades de acesso a direitos e oportunidades, evidenciando a importância de compreender o desenvolvimento também a partir de sua dimensão territorial.

1.3 A dimensão territorial do desenvolvimento regional

A ampliação das discussões sobre desenvolvimento levou ao reconhecimento de que os processos de transformação econômica e social não ocorrem de forma homogênea entre os diferentes espaços geográficos. As características históricas, culturais, institucionais e econômicas de cada território influenciam diretamente suas possibilidades de crescimento, organização social e geração de oportunidades. Essa compreensão fortaleceu abordagens que

passaram a considerar o território como elemento central nas análises sobre desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, Etges (2017) argumenta que o território não deve ser entendido apenas como uma delimitação geográfica. Trata-se de um espaço construído por relações sociais, culturais, econômicas e políticas que se desenvolvem ao longo do tempo. O território reúne identidades, valores, formas de organização e dinâmicas próprias, tornando-se um elemento ativo nos processos de desenvolvimento. Assim, compreender uma região exige analisar sua diversidade e as relações estabelecidas entre os diferentes atores que nela atuam.

A abordagem territorial contribui para superar modelos padronizados de planejamento, frequentemente elaborados sem considerar as especificidades locais. Ao reconhecer as particularidades de cada região, torna-se possível construir estratégias mais adequadas às necessidades, potencialidades e desafios presentes em cada contexto. Conforme destaca Etges (2017), o desenvolvimento territorial pressupõe atenção à dinâmica interna dos territórios, valorizando seus recursos naturais, culturais e sociais.

Essa valorização das potencialidades locais encontra respaldo nas reflexões de Aguiar et al. (2020), que enfatizam a importância das redes de cooperação e da produção de conhecimento para o fortalecimento das economias regionais. Segundo os autores, a articulação entre universidades, governos, empresas e organizações da sociedade civil favorece a construção de ambientes mais propícios à inovação e ao desenvolvimento. A cooperação entre diferentes atores amplia a capacidade de mobilização dos recursos existentes e contribui para a formulação de políticas públicas mais conectadas às realidades locais.

Ao mesmo tempo, a análise territorial do desenvolvimento exige reconhecer a existência de desigualdades regionais que afetam de maneira significativa as oportunidades disponíveis para indivíduos e comunidades. Oliveira (2021) destaca que as disparidades entre regiões constituem um dos principais obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico, produzindo efeitos que se refletem no acesso à infraestrutura, aos serviços públicos, à educação, ao emprego e à qualidade de vida da população.

Essas desigualdades são resultado de processos históricos e estruturais que influenciam a distribuição de recursos e oportunidades no território. Enquanto algumas regiões concentram investimentos, atividades produtivas e infraestrutura, outras enfrentam limitações que dificultam a promoção do desenvolvimento. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas públicas capazes de reduzir assimetrias e criar condições mais equilibradas para o crescimento e a melhoria das condições de vida.

Sob essa ótica, o desenvolvimento regional passa a ser compreendido como um processo que articula crescimento econômico, valorização das potencialidades locais, fortalecimento das redes de cooperação e redução das desigualdades territoriais. A atenção às especificidades de cada região permite construir estratégias mais eficazes e sustentáveis, capazes de promover transformações alinhadas às características e necessidades dos territórios.

Essa perspectiva amplia o entendimento sobre os fatores que impulsionam o desenvolvimento e evidencia que os recursos econômicos, embora importantes, não são os únicos elementos capazes de promover mudanças positivas. Aspectos culturais, sociais e institucionais também desempenham papel relevante na construção de trajetórias

de desenvolvimento, especialmente quando associados à valorização das identidades locais e ao fortalecimento da participação social.

1.4 Potencialidades locais, cultura e desenvolvimento

A compreensão do desenvolvimento regional a partir da perspectiva territorial evidencia que cada região possui características próprias, construídas por sua trajetória histórica, cultural, social e econômica. Essas singularidades influenciam a forma como os processos de desenvolvimento se manifestam e reforçam a importância de valorizar os recursos e potencialidades existentes nos territórios. Nesse contexto, o desenvolvimento deixa de ser entendido como um modelo uniforme a ser reproduzido e passa a ser concebido como um processo construído a partir das especificidades locais.

Belarmino (2021) destaca que o desenvolvimento está diretamente relacionado às características de cada país ou região, sendo influenciado por fatores como história, cultura, condições demográficas, recursos naturais e formas de organização social. Para a autora, as transformações associadas ao desenvolvimento envolvem mudanças econômicas, institucionais e culturais, o que exige abordagens capazes de compreender a complexidade dos territórios e suas diferentes realidades.

Essa compreensão fortalece a ideia de que o desenvolvimento regional depende da capacidade de mobilizar recursos existentes e transformá-los em oportunidades para a população. Nesse sentido, Souza (2021) ressalta que a sustentabilidade econômica, social e ambiental constitui elemento fundamental para a construção de trajetórias de desenvolvimento duradouras. Tal perspectiva

evidencia a necessidade de ações planejadas e articuladas que promovam melhorias nas condições de vida sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

Entre os elementos que podem contribuir para a dinamização dos territórios, a cultura ocupa posição de destaque. As manifestações culturais expressam identidades, memórias, tradições e formas de pertencimento construídas ao longo do tempo, constituindo importante patrimônio das comunidades. Além de seu valor simbólico, a cultura pode gerar oportunidades de desenvolvimento ao estimular atividades econômicas, fortalecer o turismo, promover a valorização dos territórios e ampliar a participação social.

Ao discutirem os processos de patrimonialização, Sonaglio e Zamberlan (2022) demonstram que a valorização dos bens culturais pode produzir impactos que ultrapassam a dimensão simbólica. Segundo os autores, a promoção do patrimônio cultural contribui para fortalecer a identidade regional, estimular atividades econômicas e diversificar as bases produtivas dos territórios. Dessa forma, a cultura passa a ser compreendida como um ativo estratégico capaz de favorecer processos de desenvolvimento social e econômico.

A valorização das potencialidades locais também está relacionada à capacidade dos territórios de produzir conhecimento, fortalecer redes de cooperação e estimular a participação de diferentes atores sociais na construção de soluções para seus desafios. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento regional resulta da articulação entre recursos materiais e imateriais, envolvendo aspectos econômicos, culturais, sociais e institucionais que se complementam na busca por melhores condições de vida.

Braga (2019) acrescenta que as universidades exercem papel relevante nesse processo ao contribuírem para a

formação humana, científica, cultural e profissional das populações. Além da produção e circulação do conhecimento, essas instituições influenciam a dinâmica econômica dos territórios por meio da geração de empregos, investimentos e iniciativas voltadas ao fortalecimento das capacidades locais. Sua atuação favorece a criação de ambientes mais propícios à inovação, ao desenvolvimento e à construção de oportunidades para as comunidades.

A partir dessas reflexões, torna-se possível compreender o desenvolvimento regional como um processo multidimensional que envolve a valorização das potencialidades locais, o fortalecimento das identidades culturais, a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades de participação social. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre os fatores que impulsionam o desenvolvimento e evidencia a importância de instituições capazes de articular conhecimento, formação e compromisso social em benefício dos territórios.

Nesse cenário, as universidades assumem posição estratégica ao promover ações que conectam produção do conhecimento, formação acadêmica e demandas da sociedade. Compreender essa atuação torna-se fundamental para analisar sua contribuição para o desenvolvimento regional, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 A universidade como agente de transformação social

As transformações econômicas, sociais e culturais observadas nas últimas décadas ampliaram as expectativas em relação ao papel das universidades na sociedade. Tradicionalmente associadas à formação de profissionais e à produção do conhecimento científico, essas instituições passaram a assumir responsabilidades cada vez mais amplas, relacionadas à promoção do desenvolvimento, à redução das desigualdades e à construção de soluções para desafios enfrentados pelas comunidades onde estão inseridas.

Nesse contexto, a universidade contemporânea é compreendida como uma instituição capaz de contribuir para a formação humana, para o fortalecimento da cidadania e para a ampliação das oportunidades de participação social. Sua atuação transcende os limites das atividades acadêmicas tradicionais e passa a dialogar de forma mais direta com as demandas da sociedade, promovendo iniciativas que articulam conhecimento, inclusão e desenvolvimento.

Essa perspectiva encontra respaldo nas reflexões de Sen (2010), para quem o desenvolvimento está relacionado à

ampliação das liberdades e das capacidades humanas. Sob essa ótica, as universidades podem contribuir ao favorecer o acesso ao conhecimento e ampliar oportunidades de formação e participação, dimensões que integram os processos de desenvolvimento humano.

Ao promover a formação de profissionais qualificados e estimular a produção e a circulação do conhecimento, as instituições de ensino superior contribuem para a construção de ambientes mais democráticos e participativos. Sua atuação favorece o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e sociais que ampliam a capacidade de intervenção das pessoas nos processos econômicos, políticos e culturais de seus territórios.

A contribuição das universidades para o desenvolvimento também se manifesta por meio de sua capacidade de mobilizar diferentes atores sociais em torno de objetivos comuns. Ao estabelecer relações com organizações públicas, setor produtivo e sociedade civil, essas instituições ampliam as possibilidades de construção coletiva de soluções voltadas às demandas regionais. Tal articulação fortalece a circulação de conhecimentos e favorece a criação de iniciativas capazes de produzir impactos duradouros nas comunidades.

A contribuição universitária também pode ser compreendida pela capacidade de articular conhecimento, cooperação e demandas regionais. Aguiar et al. (2020) destacam que a interação entre universidades e outros atores locais favorece redes de cooperação e a circulação de conhecimentos, criando condições mais propícias à inovação e ao desenvolvimento regional.

Essa atuação torna-se relevante em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais. Ao ampliar o acesso ao conhecimento e promover oportunidades de formação e

participação, as universidades colaboram para a construção de ambientes mais inclusivos, fortalecendo as condições necessárias para o desenvolvimento humano e regional. Sua presença nos territórios representa uma importante possibilidade de aproximação entre conhecimento científico e necessidades sociais, favorecendo processos de transformação comprometidos com a melhoria das condições de vida da população.

As universidades consolidam-se, assim, como instituições estratégicas para o desenvolvimento contemporâneo. Formam profissionais, produzem conhecimento, promovem a cidadania, estimulam a participação social e podem contribuir para respostas aos desafios enfrentados pelas comunidades. A articulação entre formação, pesquisa e compromisso social ajuda a explicar sua relevância nos processos de desenvolvimento regional.

2.2 Produção do conhecimento e desenvolvimento regional

A produção do conhecimento constitui uma das principais contribuições das universidades para a sociedade contemporânea. Por meio das atividades de pesquisa, essas instituições ampliam a compreensão sobre fenômenos sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, além de desenvolverem soluções que podem ser aplicadas aos desafios enfrentados pelas comunidades. Nesse sentido, a universidade exerce função estratégica na geração de conhecimentos capazes de fortalecer processos de desenvolvimento em diferentes escalas territoriais.

A relação entre conhecimento e desenvolvimento tornou-se ainda mais relevante em um contexto marcado pela

crescente valorização da inovação como elemento impulsionador do crescimento econômico e das transformações sociais. A capacidade de produzir, difundir e aplicar conhecimentos passou a ser considerada um dos principais fatores de competitividade e desenvolvimento, ampliando a importância das instituições de ensino superior na dinâmica dos territórios.

Ao analisar os processos de inovação, Mazzucato (2014) destaca a relevância dos investimentos públicos em áreas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento. A autora evidencia o papel do Estado no financiamento de pesquisas e na criação de condições favoráveis à inovação, mostrando que avanços científicos e tecnológicos resultam de processos coletivos que envolvem governos, instituições científicas, empresas e outras organizações.

Nesse cenário, as universidades ocupam posição de destaque ao desenvolver pesquisas que contribuem para a produção de novos conhecimentos e para a construção de soluções voltadas às necessidades da sociedade. Sua atuação favorece a formação de recursos humanos qualificados, a realização de estudos aplicados e a geração de tecnologias capazes de responder a demandas específicas dos territórios onde estão inseridas.

Mazzucato (2014) argumenta que a atuação estatal pode envolver o financiamento de pesquisas estratégicas e a articulação de redes de inovação. Essa compreensão reforça a importância de políticas públicas voltadas à ciência, à tecnologia e à pesquisa, criando condições para que o conhecimento produzido nas universidades estabeleça conexões com necessidades sociais e produtivas.

A difusão do conhecimento representa outro aspecto fundamental desse processo. A produção científica adquire

maior relevância social quando seus resultados circulam, são debatidos e podem ser incorporados às práticas institucionais e comunitárias. A contribuição universitária envolve, portanto, tanto a produção quanto a circulação social do conhecimento.

Ao promover pesquisas voltadas a problemas concretos, as universidades ampliam sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional. Estudos relacionados à educação, saúde, cultura, meio ambiente, inovação tecnológica e gestão pública, entre outros temas, podem subsidiar políticas públicas, orientar processos de tomada de decisão e fortalecer iniciativas capazes de melhorar as condições de vida da população.

Dessa forma, a produção do conhecimento configura-se como um dos principais mecanismos pelos quais as universidades influenciam os processos de desenvolvimento. Ao gerar conhecimento, formar profissionais qualificados e estimular a inovação, essas instituições fortalecem a capacidade dos territórios de enfrentar desafios, aproveitar oportunidades e construir estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

A compreensão dessa contribuição torna-se ainda mais ampla quando se reconhece que as universidades não atuam de forma isolada. Sua contribuição para o desenvolvimento depende da interação com diferentes organizações e atores sociais, aspecto que evidencia a necessidade de compreender essas instituições como sistemas complexos inseridos em ambientes dinâmicos e em constante transformação.

2.3 Universidades, organizações e transformação dos territórios

Compreender a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional exige reconhecer a complexidade dessas instituições. Elas são organizações que formam pessoas, produzem conhecimento e interagem continuamente com o ambiente social, econômico, político e cultural em que estão inseridas. Essa interação influencia suas formas de atuação e cria possibilidades de contribuição para os territórios.

Morgan (2006) propõe que as organizações sejam compreendidas como sistemas dinâmicos, capazes de adaptar-se às mudanças e responder aos desafios presentes em seu contexto de atuação. Sob essa perspectiva, as universidades não operam de forma isolada, mas estabelecem relações permanentes com diferentes atores sociais, incorporando demandas, conhecimentos e experiências que influenciam suas atividades e seus processos de tomada de decisão.

Essa capacidade de adaptação torna-se especialmente relevante diante das transformações que afetam as sociedades contemporâneas. Mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e institucionais exigem que as universidades atualizem constantemente suas práticas, ampliem suas formas de interação com a sociedade e desenvolvam novas estratégias para responder às demandas emergentes dos territórios. A aprendizagem organizacional assume, nesse contexto, papel fundamental para a manutenção da relevância social dessas instituições.

Segundo Morgan (2006), as organizações podem ser compreendidas como sistemas de informação, comunicação e decisão. Essa característica evidencia a importância dos

processos internos de aprendizagem e da capacidade de articular conhecimentos provenientes de diferentes áreas e experiências. No caso das universidades, essa dinâmica favorece a produção de conhecimento interdisciplinar e fortalece sua capacidade de formular respostas para problemas complexos que afetam as comunidades.

Outro aspecto destacado pelo autor refere-se à dimensão cultural das organizações. Valores, crenças, práticas institucionais e formas de interação influenciam diretamente a maneira como as organizações se estruturam e desenvolvem suas atividades. Nas universidades, essa dimensão cultural contribui para a construção de identidades institucionais, para a definição de prioridades e para o fortalecimento de compromissos relacionados à formação, à pesquisa e à atuação social.

Morgan (2006) também chama atenção para o caráter político das organizações. Diferentes interesses convivem e interagem no ambiente institucional, exigindo processos de negociação, diálogo e construção de consensos. Essa característica pode ser observada nas universidades, que frequentemente articulam interesses de estudantes, docentes, técnicos, gestores, governos e organizações da sociedade civil. A capacidade de mediar essas relações fortalece sua atuação e amplia suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento regional.

Ao serem compreendidas como organizações complexas, as universidades revelam potencial significativo para promover mudanças sociais e institucionais. Sua atuação ultrapassa a transmissão de conhecimentos e envolve a mobilização de pessoas, recursos e saberes em torno de objetivos coletivos. Essa capacidade favorece a construção de iniciativas que contribuem para o fortalecimento dos territórios,

para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento e para a promoção de processos de transformação social.

Dessa forma, as universidades podem ser entendidas como espaços de articulação e aprendizagem coletiva, capazes de conectar diferentes atores sociais e estimular a construção de soluções compartilhadas para os desafios regionais. Essa atuação torna-se ainda mais efetiva quando associada a relações de confiança, cooperação e trabalho em rede, elementos fundamentais para a consolidação de ambientes favoráveis à inovação e ao desenvolvimento.

2.4 Cooperação, redes e sistemas de inovação

Os desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento exigem respostas que ultrapassam a atuação isolada de instituições ou setores específicos. Problemas sociais, econômicos e tecnológicos apresentam elevado grau de complexidade e demandam esforços articulados entre diferentes atores. Nesse cenário, a cooperação emerge como elemento central para a construção de estratégias capazes de promover avanços duradouros e compatíveis com as necessidades dos territórios.

A formação de redes colaborativas possibilita a integração de conhecimentos, experiências e recursos provenientes de instituições com competências distintas. Governos, organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino superior passam a compartilhar responsabilidades e a atuar de forma complementar na busca por soluções para questões de interesse coletivo. Essa dinâmica amplia as possibilidades de inovação e favorece a construção de respostas mais adequadas às particularidades de cada realidade regional.

Pinto e Souza (2007) destacam que a confiança constitui um dos pilares fundamentais para o funcionamento dessas relações. Segundo os autores, ambientes marcados por elevados níveis de confiança tendem a facilitar a circulação de informações, reduzir barreiras à cooperação e estimular o desenvolvimento de iniciativas conjuntas. Quando presente nas relações institucionais, a confiança favorece a construção de compromissos duradouros e fortalece a capacidade de coordenação entre os diversos participantes envolvidos em uma rede.

Outro aspecto ressaltado pelos autores refere-se à flexibilidade organizacional. Instituições capazes de adaptar-se a mudanças e responder de forma proativa às transformações do ambiente apresentam melhores condições para atuar em contextos dinâmicos e incertos. No caso das universidades, essa característica permite maior aproximação com demandas emergentes da sociedade, ampliando as oportunidades de interação com diferentes segmentos sociais e produtivos.

A cooperação adquire relevância ainda maior quando associada aos processos de geração e difusão do conhecimento. Cassiolato e Lastres (2005) argumentam que a inovação resulta de interações contínuas entre múltiplos atores e não de iniciativas isoladas. Os autores defendem a ideia de sistemas de inovação, compreendidos como conjuntos de instituições e relações que participam da produção, disseminação e utilização do conhecimento. Nessa abordagem, o aprendizado coletivo assume função primordial na criação de ambientes propícios ao desenvolvimento científico, tecnológico e social.

A existência de sistemas de inovação dinâmicos depende da intensidade das conexões estabelecidas entre seus integrantes. Quanto maior a circulação de conhecimentos

e experiências entre universidades, empresas, governos e organizações sociais, maiores tendem a ser as possibilidades de surgimento de soluções inovadoras. A troca permanente de informações favorece a identificação de oportunidades, estimula a criatividade e amplia a capacidade de resposta diante dos desafios enfrentados pelas comunidades.

Nas regiões em desenvolvimento, a construção dessas articulações torna-se particularmente relevante. A fragmentação institucional e a dificuldade de coordenação entre diferentes setores frequentemente limitam o aproveitamento de recursos e conhecimentos disponíveis. Nesse cenário, as universidades podem exercer papel estratégico ao aproximar atores sociais, estimular o diálogo e promover espaços de interação voltados à construção de objetivos compartilhados.

Ao participarem de redes colaborativas, as instituições de ensino superior ampliam sua atuação para além da produção acadêmica. Sua presença favorece a circulação do conhecimento, estimula processos de aprendizagem coletiva e contribui para a formação de ambientes mais receptivos à inovação. Como resultado, surgem condições mais favoráveis à implementação de iniciativas capazes de gerar impactos econômicos, sociais e culturais nos territórios.

A articulação entre confiança, cooperação e inovação evidencia que o desenvolvimento não decorre exclusivamente da disponibilidade de recursos financeiros ou tecnológicos. A qualidade das relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais influencia diretamente a capacidade de construir projetos coletivos, compartilhar conhecimentos e transformar potencialidades em oportunidades concretas de desenvolvimento.

Sob essa ótica, as universidades ocupam posição privilegiada na formação e consolidação dessas redes, atuando como espaços de encontro entre conhecimento científico, demandas sociais e estratégias institucionais. Essa capacidade de articulação amplia sua relevância para os processos de transformação territorial e reforça sua contribuição para o desenvolvimento regional.

2.5 A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam que as universidades ocupam posição estratégica nos processos de desenvolvimento regional. Sua relevância decorre da capacidade de articular formação acadêmica, produção do conhecimento, inovação e interação com diferentes segmentos da sociedade, criando condições favoráveis à construção de respostas para desafios econômicos, sociais, culturais e institucionais presentes nos territórios.

A atuação dessas instituições ultrapassa a função tradicional de formação profissional. Ao produzir conhecimento científico, estimular processos de aprendizagem coletiva e participar da construção de soluções voltadas às demandas sociais, as universidades ampliam sua influência sobre as dinâmicas regionais e contribuem para o fortalecimento das capacidades locais. Essa atuação favorece a circulação de conhecimentos, estimula práticas inovadoras e cria oportunidades para que diferentes atores participem da construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento.

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade de promover articulações entre governo, setor produtivo e

sociedade civil. A construção de ambientes colaborativos, sustentados por relações de confiança e cooperação, amplia as possibilidades de aproveitamento dos recursos disponíveis e fortalece iniciativas voltadas à inovação e à transformação social. Nesse processo, as universidades desempenham sua função de mediação, conectando conhecimentos especializados às necessidades concretas das comunidades.

A diversidade de atividades desenvolvidas por essas instituições também amplia seu potencial de contribuição para os territórios. Pesquisa, inovação, formação profissional e ações voltadas à comunidade constituem dimensões complementares de uma atuação que favorece a geração de oportunidades, a valorização das potencialidades locais e o enfrentamento de desigualdades históricas. Dessa forma, o desenvolvimento passa a ser compreendido como resultado de processos coletivos nos quais o conhecimento assume o protagonismo.

Ao mesmo tempo, a contribuição das universidades não pode ser analisada exclusivamente a partir dos resultados econômicos produzidos por sua presença nas regiões. Seus impactos alcançam dimensões relacionadas à formação cidadã, ao fortalecimento da participação social, à difusão de valores democráticos e à ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento. Tais elementos reforçam sua importância como instituições comprometidas com o desenvolvimento humano e com a construção de sociedades mais inclusivas.

Essa compreensão permite reconhecer que a atuação universitária se manifesta por diferentes caminhos e mecanismos de interação com a sociedade. Entre eles, destaca-se a extensão universitária, responsável por aproximar conhecimento acadêmico e demandas sociais

por meio de ações desenvolvidas em parceria com comunidades, organizações e instituições públicas. É nesse espaço de diálogo e construção coletiva que muitas das contribuições das universidades para o desenvolvimento regional tornam-se mais visíveis e diretamente relacionadas às necessidades dos territórios.

Compreender os fundamentos, a trajetória e as possibilidades da extensão universitária tornam-se, portanto, essencial para aprofundar a análise sobre a atuação das universidades na promoção do desenvolvimento regional. É justamente essa dimensão que será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FUNDAMENTOS, EVOLUÇÃO E IMPACTOS

3.1 Concepções de extensão universitária

A extensão ocupa lugar singular na educação superior por estabelecer uma relação direta entre o conhecimento produzido no ambiente acadêmico e as experiências, necessidades e saberes presentes na sociedade. Sua compreensão contemporânea afasta-se da ideia de simples transferência de conhecimentos ou prestação eventual de serviços à comunidade. Trata-se de uma dimensão da vida universitária baseada no diálogo, na participação e na construção compartilhada de respostas para questões que emergem dos diferentes contextos sociais.

Essa concepção está associada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, segundo o qual as três dimensões integram a formação universitária e se relacionam de maneira complementar. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras define a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político capaz

de promover uma interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade (FORPROEX, 2012). A definição evidencia uma mudança importante na forma de compreender essa relação: a comunidade deixa de ocupar uma posição passiva e passa a integrar o processo de produção e circulação dos saberes.

Sob essa ótica, a interação extensionista pressupõe reciprocidade. O conhecimento acadêmico encontra experiências e conhecimentos construídos fora da universidade, estabelecendo uma relação em que diferentes formas de compreender a realidade podem dialogar. O valor dessa aproximação reside justamente na possibilidade de produzir aprendizagens para todos os envolvidos, enriquecendo a formação acadêmica e permitindo que a própria instituição reveja práticas e prioridades diante das questões apresentadas pela sociedade.

O FORPROEX (2013) reforça essa dimensão dialógica ao compreender a extensão como espaço de articulação entre diferentes áreas do conhecimento e setores sociais. Sua natureza interdisciplinar permite reunir perspectivas diversas diante de problemas que dificilmente podem ser compreendidos por uma única área. Questões relacionadas à educação, saúde, cultura, cidadania, meio ambiente, esporte ou desenvolvimento dos territórios, por exemplo, frequentemente exigem conhecimentos distintos e formas colaborativas de intervenção.

Machado (2019) acrescenta uma dimensão educativa fundamental a essa discussão ao conceber a extensão como princípio construído coletivamente por sujeitos vinculados à universidade e à comunidade. Nessa perspectiva, conhecer a realidade e atuar sobre ela são processos articulados. A experiência extensionista aproxima teoria e

prática e cria condições para que estudantes, professores, técnicos e participantes externos reflitam conjuntamente sobre problemas concretos, suas causas e as possibilidades de enfrentamento.

A formação acadêmica adquire, dessa maneira, uma dimensão que ultrapassa o domínio de conteúdos técnicos. O contato com realidades sociais distintas favorece o desenvolvimento da percepção crítica, da responsabilidade coletiva e da compreensão dos efeitos que o conhecimento pode produzir quando colocado em diálogo com as demandas da população. Para Machado (2019), essa relação confere à extensão um caráter de práxis, no qual reflexão e ação se articulam em processos de aprendizagem e transformação.

A responsabilidade social constitui outra dimensão importante desse conceito. Ribeiro (2011) compreende a extensão como mecanismo de aproximação entre universidade e sociedade, com potencial para favorecer a democratização do conhecimento e fortalecer o compromisso institucional com as demandas sociais. Ao estabelecer canais de interlocução com grupos, comunidades e organizações, a instituição amplia as possibilidades de acesso ao saber acadêmico e, simultaneamente, incorpora experiências provenientes desses espaços às suas atividades formativas.

Esse movimento exige superar relações verticais nas quais a universidade se apresenta como detentora exclusiva do conhecimento. A concepção dialógica pressupõe reconhecer que as comunidades possuem saberes, experiências e formas próprias de interpretar e transformar suas realidades. O encontro entre esses conhecimentos pode favorecer a construção de soluções mais próximas das

necessidades locais e contribuir para práticas acadêmicas socialmente comprometidas.

Cristofolletti e Serafim (2020) chamam atenção para a complexidade que envolve as práticas extensionistas. Compreendê-las exige observar quem participa das ações, a quem elas se destinam, quais conhecimentos circulam, quais objetivos orientam as atividades e que efeitos são produzidos dentro e fora da universidade. Essa leitura amplia a análise da extensão para além da realização de projetos ou eventos, permitindo avaliar a qualidade das relações estabelecidas e sua coerência com os propósitos institucionais e sociais.

A extensão configura-se, assim, como espaço de formação, produção de conhecimento, diálogo e participação social. Sua importância decorre da possibilidade de conectar universidade e sociedade mediante relações construídas de forma colaborativa, reconhecendo diferentes saberes e aproximando a formação acadêmica das questões concretas vivenciadas nos territórios.

Essa concepção, hoje amplamente presente no debate universitário brasileiro, é resultado de um longo processo histórico. A extensão passou por diferentes interpretações, desde práticas marcadas pelo assistencialismo e pela transmissão unilateral do conhecimento até abordagens fundamentadas no diálogo e na interação transformadora. Compreender esse percurso é essencial para identificar como a extensão adquiriu sua atual posição na educação superior brasileira.

3.2 A extensão universitária no Brasil

A trajetória da extensão universitária no Brasil revela mudanças significativas na forma como as instituições de

ensino superior passaram a compreender sua relação com a sociedade. Durante longo período, muitas ações extensionistas foram desenvolvidas sob uma lógica predominantemente assistencialista, marcada pela transferência unilateral de conhecimentos e serviços da universidade para a comunidade. Nessa configuração, a população atendida ocupava posição passiva, enquanto a instituição assumia o papel de provedora de soluções previamente definidas.

Ribeiro (2019) observa que, em seus primeiros momentos, a extensão permaneceu à margem das principais normativas educacionais e recebeu menor reconhecimento quando comparada ao ensino e à pesquisa. Sua inserção mais efetiva no ambiente acadêmico ocorreu gradualmente, acompanhando transformações políticas e educacionais que ampliaram o debate sobre a função social das universidades.

Rosso e Dalla Corte (2021) destacam que a consolidação da extensão como função das Instituições de Ensino Superior esteve relacionada aos processos de democratização da educação e ao reconhecimento da necessidade de aproximar a universidade das questões vivenciadas pela sociedade. Essa mudança contribuiu para enfraquecer concepções verticais, nas quais a instituição se apresentava essencialmente como prestadora de serviços, e favoreceu práticas orientadas pelo diálogo e pela participação.

A evolução conceitual modificou também a forma de planejar as ações extensionistas. O contato com as comunidades passou a exigir escuta, reconhecimento dos saberes locais e participação dos diferentes sujeitos envolvidos na definição das atividades. A universidade deixa, assim, de estabelecer uma relação baseada exclusivamente na oferta de

conhecimento e passa a incorporar experiências sociais ao próprio processo acadêmico.

Essa transformação encontra respaldo no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A integração dessas dimensões amplia o alcance formativo da educação superior, pois permite que o conhecimento científico dialogue com situações concretas e que as experiências vivenciadas fora do ambiente acadêmico contribuam para novas perguntas, investigações e práticas pedagógicas.

Ao longo desse percurso, a extensão adquiriu maior reconhecimento institucional e passou a ocupar espaço relevante na formação universitária. Sua contribuição envolve dimensões educacionais, culturais, sociais, científicas e políticas, permitindo que estudantes e servidores participem de experiências diretamente relacionadas às realidades dos territórios onde as instituições estão presentes.

O amadurecimento dessa concepção também ampliou o debate sobre a necessidade de institucionalizar a extensão de forma consistente. A realização de ações isoladas ou dependentes exclusivamente da iniciativa individual de professores e estudantes mostrou-se insuficiente diante da importância assumida por essa dimensão acadêmica. Tornaram-se necessárias políticas, normativas, recursos e estruturas capazes de garantir continuidade e qualidade às atividades desenvolvidas.

Esse percurso histórico evidencia, portanto, uma passagem gradual de práticas assistencialistas para relações baseadas na interação, na participação e na construção coletiva. A mudança não elimina todas as dificuldades nem assegura que as práticas contemporâneas estejam livres de relações verticalizadas, mas estabelece um referencial distinto

para compreender a função extensionista no interior das universidades brasileiras.

A consolidação desse novo entendimento abriu espaço para uma questão central: de que maneira a interação entre universidade e sociedade pode produzir transformações concretas na formação acadêmica e nas comunidades envolvidas? Essa dimensão constitui o foco da próxima seção.

3.3 Extensão e transformação social

A força da extensão universitária reside, em grande medida, na possibilidade de colocar diferentes sujeitos em contato com problemas concretos e construir respostas a partir do diálogo entre conhecimento acadêmico e experiência social. Quando essa relação ocorre de forma participativa, a ação extensionista deixa de ser simples oferta de atividades e passa a constituir um espaço de aprendizagem, reflexão e intervenção.

Machado (2019) associa a extensão a uma perspectiva crítico-emancipadora, na qual conhecimento e ação sobre a realidade são construídos de maneira articulada. Esse entendimento atribui à experiência extensionista uma dimensão formativa relevante, pois coloca os participantes diante de contextos que exigem análise, diálogo e tomada de decisão. Para os estudantes, esse processo amplia a compreensão sobre os efeitos sociais de sua formação e aproxima conteúdos acadêmicos de situações vivenciadas pelas comunidades.

A transformação produzida pela extensão não ocorre em uma única direção. As comunidades podem acessar conhecimentos e recursos gerados na universidade, enquanto estudantes, docentes e técnicos entram em contato com

experiências, práticas e saberes que dificilmente seriam apreendidos apenas nos espaços formais de ensino. Essa reciprocidade modifica a própria experiência acadêmica e amplia as possibilidades de construção de respostas socialmente contextualizadas.

Ribeiro (2011) relaciona essa interação à responsabilidade social da universidade e à democratização do conhecimento. A aproximação com diferentes grupos sociais favorece a circulação dos saberes e reforça a dimensão pública da educação superior. Ao ampliar os canais de interlocução com a sociedade, as instituições podem contribuir para reduzir barreiras de acesso ao conhecimento e criar oportunidades de participação em atividades educativas, culturais, científicas e sociais.

A transformação social, entretanto, não deve ser compreendida como efeito automático de qualquer atividade extensionista. A realização de um projeto ou evento, por si só, não assegura mudanças duradouras. A relevância da ação depende da qualidade da relação estabelecida com o público, da pertinência das atividades propostas, da participação dos sujeitos envolvidos e da capacidade de produzir resultados coerentes com as demandas identificadas.

Cristofolletti e Serafim (2020) reforçam essa necessidade ao propor uma leitura crítica das práticas extensionistas, considerando os sujeitos envolvidos, os objetivos das ações, os conhecimentos mobilizados, os públicos alcançados e os efeitos produzidos. Essa abordagem permite superar avaliações baseadas exclusivamente no número de atividades realizadas ou de participantes atendidos e direciona a atenção para a qualidade e o significado das experiências construídas.

Quando orientada por relações dialógicas, a extensão pode contribuir para processos de formação cidadã,

ampliação da participação social e construção coletiva de soluções. Sua atuação pode alcançar diferentes áreas da vida comunitária, aproximando a universidade de questões relacionadas à educação, saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e desenvolvimento dos territórios.

A dimensão transformadora manifesta-se também no interior da própria universidade. O contato com diferentes realidades sociais pode revelar novas demandas de pesquisa, provocar revisões curriculares, estimular práticas interdisciplinares e ampliar a compreensão institucional sobre sua responsabilidade perante a sociedade. Desse modo, a extensão produz efeitos tanto no ambiente externo quanto na organização acadêmica.

Essa interação reforça o entendimento de que ensino, pesquisa e extensão ganham maior sentido quando articulados. A prática extensionista aproxima o processo formativo da realidade, a pesquisa pode gerar conhecimento relacionado aos desafios identificados e o ensino incorpora experiências que enriquecem a aprendizagem. A integração entre essas dimensões amplia a possibilidade de uma formação universitária comprometida com questões concretas da sociedade.

O reconhecimento da importância formativa e social da extensão levou, nas últimas décadas, à construção de mecanismos destinados a incorporá-la de maneira mais efetiva aos currículos dos cursos de graduação. Esse movimento, conhecido como curricularização da extensão, representa um dos principais marcos recentes da educação superior brasileira.

3.4 Curricularização da extensão

A curricularização representa uma mudança significativa na forma de inserir a extensão na formação universitária. Ao integrá-la formalmente aos currículos dos cursos de graduação, busca-se reduzir a distância entre as atividades acadêmicas e as experiências desenvolvidas junto à sociedade, reconhecendo a extensão como parte do processo formativo dos estudantes.

Um marco importante desse movimento foi a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. A norma determina que as atividades de extensão componham, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação e estejam orientadas prioritariamente à interação com a comunidade externa. Sua implementação exige adequações nos Projetos Pedagógicos de Curso e na organização acadêmica das instituições (Brasil, 2018).

Rozin e Forte (2021) destacam que a inserção dessas atividades no currículo amplia as possibilidades de aproximação entre formação acadêmica e realidade social. A experiência extensionista favorece a aplicação de conhecimentos construídos durante o curso e cria oportunidades para que os estudantes participem de situações que exigem interlocução com diferentes públicos e contextos.

A implementação dessa diretriz, contudo, não se resume à reserva de carga horária. Fuini, Bovo e Dias (2023) mostram que o processo demanda formação institucional, discussão coletiva e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso. A incorporação da extensão exige clareza sobre objetivos, modalidades, acompanhamento e avaliação,

evitando que sua presença no currículo se reduza ao cumprimento burocrático de uma exigência.

Fresqueti, Moreira e Fazolo (2024) apontam que a curricularização exige reestruturação acadêmica e adaptação das instituições para assegurar que as atividades mantenham vínculo efetivo com a comunidade. Esse processo envolve docentes, estudantes, equipes técnicas e gestores, demandando articulação entre diferentes setores da universidade e planejamento compatível com as especificidades de cada curso.

Bertollo (2021) chama atenção para o caráter ainda aberto e disputado desse movimento. Embora a regulamentação tenha tornado obrigatória a inserção da extensão nos currículos, sua concretização depende das escolhas feitas pelas instituições. O desafio consiste em transformar uma exigência normativa em experiência academicamente relevante e socialmente comprometida, evitando tanto a adesão puramente formal quanto a implementação desvinculada dos princípios que orientam a extensão.

A curricularização pode favorecer a formação integral dos estudantes ao aproximá-los de situações concretas e ampliar sua participação em processos coletivos de aprendizagem. A convivência com diferentes grupos sociais permite desenvolver competências relacionadas à comunicação, responsabilidade, trabalho colaborativo, leitura crítica da realidade e aplicação contextualizada do conhecimento.

Outro aspecto importante refere-se ao potencial de integrar diferentes áreas do conhecimento. Problemas sociais raramente se apresentam de forma estritamente disciplinar, o que torna a extensão um espaço favorável à construção de experiências interdisciplinares. Projetos que reúnem diferentes cursos e campos profissionais podem ampliar as

possibilidades de compreensão dos problemas e de construção de respostas adequadas às realidades locais.

A experiência recente também mostrou que as práticas extensionistas podem assumir formatos diversos. Durante a pandemia de Covid-19, a utilização de recursos digitais possibilitou a continuidade de cursos, oficinas, eventos e outras ações, ampliando formas de interação com a sociedade. Fresqueti, Moreira e Fazolo (2024) destacam que esse período acelerou a incorporação de tecnologias e revelou possibilidades de combinação entre atividades presenciais e virtuais.

A inserção da extensão nos currículos representa, portanto, um avanço importante para sua institucionalização. Entretanto, regulamentar e creditar atividades não elimina os obstáculos relacionados à sua execução. Recursos, infraestrutura, formação das equipes, mecanismos de acompanhamento e reconhecimento institucional permanecem entre as questões que precisam ser enfrentadas para que a curricularização produza os efeitos esperados.

3.5 Desafios contemporâneos da extensão universitária

O reconhecimento crescente da extensão no interior das universidades brasileiras não significa que sua consolidação esteja concluída. Ao contrário, a ampliação de sua presença nos currículos e nas políticas institucionais tornou mais visíveis desafios relacionados ao planejamento, financiamento, avaliação e continuidade das ações.

Um dos principais obstáculos refere-se ao reconhecimento institucional. Machado (2019) aponta que a extensão ainda enfrenta resistências, dificuldades de curricularização e limitações relacionadas à existência de

políticas permanentes de incentivo. Tais condições podem gerar desigualdades entre áreas, cursos e unidades acadêmicas, fazendo com que algumas iniciativas dependam excessivamente do envolvimento individual de determinados servidores ou grupos.

A formação das equipes constitui outro ponto sensível. A incorporação da extensão aos currículos exige que docentes, técnicos e estudantes compreendam seus fundamentos, metodologias e formas de interação com a sociedade. A ausência dessa preparação pode levar à reprodução de práticas assistencialistas ou à realização de atividades desconectadas das demandas dos públicos envolvidos.

Também permanecem dificuldades ligadas à infraestrutura e ao financiamento. A execução de ações extensionistas requer recursos para deslocamentos, materiais, equipamentos, comunicação, registro e acompanhamento. O FORPROEX (2013) aponta a garantia de recursos públicos e a superação de entraves operacionais como condições importantes para a consolidação da extensão nas instituições de ensino superior.

A avaliação constitui outro desafio relevante. Medir os efeitos de uma ação extensionista exige olhar para aspectos que ultrapassam indicadores quantitativos. Número de participantes, atividades realizadas ou municípios alcançados são informações importantes, mas não revelam, isoladamente, a qualidade das relações estabelecidas ou as mudanças produzidas. Avaliar a extensão implica considerar participação, aprendizagem, continuidade, pertinência social e resultados percebidos pelos sujeitos envolvidos.

Cristofolletti e Serafim (2020) contribuem para essa discussão ao enfatizar a necessidade de analisar quem realiza a extensão, quais públicos são alcançados, quais

conhecimentos circulam e que impactos resultam dessas relações. Essa abordagem favorece avaliações mais coerentes com a natureza dialógica das ações e reduz o risco de tratar a extensão exclusivamente como conjunto de produtos ou serviços prestados.

A sustentabilidade das iniciativas representa igualmente uma preocupação. Projetos relevantes podem perder continuidade quando dependem de editais temporários, recursos insuficientes ou mudanças nas equipes responsáveis. A construção de políticas institucionais estáveis, acompanhadas de planejamento e mecanismos de apoio, torna-se essencial para preservar ações com resultados positivos e permitir seu aperfeiçoamento ao longo do tempo.

As transformações tecnológicas acrescentaram novos elementos a esse debate. A pandemia de Covid-19 acelerou o uso de ambientes virtuais e mostrou que determinadas atividades podem alcançar públicos anteriormente limitados por barreiras geográficas. Ao mesmo tempo, o uso de tecnologias exige atenção às desigualdades de acesso, às condições de participação e à adequação das metodologias empregadas.

Fresqueti, Moreira e Fazolo (2024) observam que a adoção de recursos digitais permitiu a continuidade de diversas ações durante o período pandêmico e abriu espaço para formatos híbridos. Essa experiência evidencia que a inovação pode ampliar o alcance da extensão, desde que as ferramentas utilizadas estejam subordinadas aos objetivos formativos e sociais das iniciativas.

Os desafios contemporâneos demonstram que a consolidação da extensão depende de uma combinação entre reconhecimento acadêmico, recursos adequados, formação institucional, planejamento, avaliação e participação social. A

existência de normas constitui condição relevante, mas a efetividade das ações decorre da forma como esses princípios são incorporados às práticas cotidianas das universidades.

Ao observar esse percurso, percebe-se que a extensão universitária deixou de ocupar posição periférica e passou a integrar de forma mais consistente o debate sobre a função social da educação superior. Sua consolidação amplia as possibilidades de aproximação entre conhecimento acadêmico e realidade social e cria espaços para experiências voltadas à formação, à cidadania e ao desenvolvimento dos territórios.

Essa aproximação assume características particulares quando ocorre em áreas diretamente relacionadas às formas de expressão, convivência e qualidade de vida das populações. Cultura, esporte e lazer constituem campos nos quais a interação entre universidade e sociedade pode produzir experiências de inclusão, participação e valorização das identidades locais. É a partir dessas dimensões que se desenvolve o próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

Cultura, Esporte e Lazer como Vetores de Desenvolvimento

4.1 Cultura e desenvolvimento regional

A cultura constitui uma das expressões mais significativas da maneira como indivíduos e grupos constroem sentidos sobre o mundo, reconhecem sua história e estabelecem vínculos com os lugares onde vivem. Valores, práticas, símbolos, manifestações artísticas, memórias e formas de expressão compõem um patrimônio material e imaterial que participa da constituição das identidades coletivas e influencia as relações sociais estabelecidas nos territórios.

Almeida e Piá (2022) compreendem a cultura como um conjunto dinâmico de práticas e expressões que participa da construção das identidades sociais. Em diálogo com Stuart Hall, citado pelos autores, a identidade cultural é apresentada como construção continuamente reelaborada pelas experiências e representações sociais. A cultura torna-se, desse modo, elemento de pertencimento e reconhecimento coletivo.

Essa relação entre cultura e identidade possui implicações relevantes para o desenvolvimento regional. Os territórios não se distinguem exclusivamente por suas características econômicas ou geográficas. São igualmente

constituídos por narrativas, costumes, manifestações artísticas, celebrações, conhecimentos tradicionais e formas próprias de interpretar a realidade. Valorizar essas particularidades significa reconhecer recursos simbólicos capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar a participação das comunidades na construção de seus próprios caminhos de desenvolvimento.

As políticas e ações culturais desempenham função importante nesse processo ao criar condições para a preservação da memória, a circulação das manifestações artísticas e a democratização do acesso aos bens culturais. A cultura deixa, assim, de ocupar um espaço periférico e passa a integrar discussões relacionadas à cidadania, à educação e ao desenvolvimento dos territórios.

No âmbito universitário, essa discussão adquire contornos particulares. Cristofolletti e Serafim (2020) observam que as ações culturais ainda enfrentam dificuldades de institucionalização e reconhecimento dentro das instituições acadêmicas. Em ambientes historicamente orientados pela valorização do ensino formal e da pesquisa científica, iniciativas artísticas e culturais podem ocupar posições secundárias, apesar de sua contribuição para a formação universitária e para a interação com a sociedade.

Madureira (2021) chama atenção para a importância da formação cultural e artística na experiência universitária. O desenvolvimento intelectual e profissional não se esgota no domínio de conhecimentos técnico-científicos. O contato com diferentes formas de expressão amplia a sensibilidade, estimula a criatividade e oferece instrumentos para que os sujeitos interpretem criticamente questões sociais e políticas presentes em seu tempo.

Arte e cultura podem, portanto, integrar uma concepção mais abrangente de formação. Ao promover experiências estéticas, processos criativos e contato com diferentes manifestações culturais, as universidades ampliam os repertórios de estudantes e comunidades e favorecem ambientes nos quais ciência, sensibilidade e pensamento crítico encontram possibilidades de diálogo.

A extensão universitária oferece um campo privilegiado para essa aproximação. Almeida e Piá (2022) mostram que intervenções culturais podem incentivar a participação de jovens, a ocupação dos espaços públicos e a construção de direitos culturais. Quando realizadas a partir do diálogo com as comunidades, essas experiências criam oportunidades para que diferentes expressões sejam reconhecidas e para que grupos sociais participem da produção e circulação da cultura.

Munaretto, Silva e Zago (2022) acrescentam que a integração entre arte, educação e extensão favorece práticas interdisciplinares capazes de estimular reflexão crítica e criatividade. A leitura de imagens, o pensamento artístico e outras experiências culturais podem ampliar as formas de compreender a realidade, permitindo que os participantes construam interpretações próprias acerca dos contextos em que vivem.

O encontro entre conhecimento acadêmico e culturas locais torna-se particularmente relevante nesse processo. Lopes e Niquini (2021) defendem uma extensão sensível aos contextos socioculturais das comunidades e capaz de reconhecer o valor dos saberes populares. Essa postura rompe com concepções hierárquicas que tratam o conhecimento produzido na universidade como superior às experiências construídas nos territórios.

Quando uma manifestação cultural é investigada, compartilhada ou recriada em parceria com seus próprios sujeitos, a universidade participa de um processo de valorização que pode fortalecer memórias e identidades. A atividade cultural deixa de ser entendida como simples apresentação ou entretenimento e transforma-se em espaço de aprendizagem, expressão e produção coletiva de significados.

Essa dinâmica contribui para compreender a cultura como recurso relevante para o desenvolvimento regional. A preservação do patrimônio, a valorização das expressões locais e a ampliação do acesso às artes podem estimular processos educativos, fortalecer vínculos comunitários e criar oportunidades associadas à economia da cultura e à valorização dos territórios.

A relação entre cultura e desenvolvimento assume, dessa maneira, caráter social, simbólico e econômico. Ao reconhecer suas manifestações e criar condições para que elas circulem, os territórios fortalecem sua identidade e ampliam a capacidade de mobilizar recursos que possuem significado para suas populações. Nesse processo, universidades e ações extensionistas podem atuar como parceiras das comunidades, contribuindo para preservar memórias, estimular novas criações e democratizar o acesso à experiência cultural.

4.2 Esporte e inclusão social

O esporte constitui um fenômeno social que acompanha diferentes momentos da vida coletiva e assume significados variados conforme os contextos históricos e culturais em que é praticado. Sua presença alcança a educação, o lazer, a saúde, a competição e as relações comunitárias,

tornando inadequada uma interpretação limitada exclusivamente ao rendimento esportivo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou o esporte como direito e atribuiu ao Estado responsabilidades relacionadas à sua promoção. Parreira e Valim (2019) ressaltam que essa compreensão favorece uma leitura mais ampla das manifestações esportivas, contemplando dimensões educacionais, participativas e de rendimento.

Cárdenas et al. (2022) diferenciam essas manifestações ao destacar o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de rendimento. O primeiro está vinculado aos processos formativos e ao desenvolvimento integral; o segundo privilegia participação voluntária, recreação e convivência; o terceiro organiza-se em torno das competições e do desempenho. A distinção evidencia que os benefícios sociais do esporte não dependem exclusivamente dos resultados competitivos.

Em sua dimensão educacional e participativa, a prática esportiva pode favorecer convivência, respeito, disciplina, cooperação e construção coletiva. Simionato et al. (2022) associam o esporte à promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano, destacando seu potencial de intervenção em diferentes contextos sociais.

A inclusão representa uma das dimensões mais relevantes dessa discussão. Destro (2019) indica que programas esportivos podem contribuir para enfrentar situações de desigualdade quando criam oportunidades para populações em condição de vulnerabilidade. O acesso às práticas corporais amplia espaços de convivência, possibilita novas experiências e pode favorecer vínculos que ultrapassam o momento da atividade esportiva.

Programas públicos desenvolvidos no Brasil demonstram essa possibilidade. Barra e Vitorino (2022) analisam iniciativas que aproximam esporte, educação e ação social, mostrando como políticas estruturadas podem ampliar o acesso de crianças, jovens e adultos a atividades que muitas vezes estariam restritas pela condição econômica ou pela ausência de equipamentos adequados.

Entretanto, reconhecer o potencial social do esporte exige evitar interpretações excessivamente idealizadas. A prática esportiva pode reproduzir valores relacionados à competição exacerbada, ao individualismo e à exclusão quando orientada exclusivamente pelo desempenho. Costa (2024) alerta para a necessidade de abordagens educativas que problematizem essas características e estimulem autonomia, participação e respeito à diversidade.

A forma como a atividade é organizada torna-se, portanto, decisiva. Projetos orientados pelo acesso, pela convivência e pela formação podem gerar experiências muito distintas daquelas guiadas apenas pela seleção dos mais habilidosos. O esporte adquire maior alcance social quando reconhece diferenças, oferece condições de participação e entende os sujeitos para além do resultado competitivo.

As políticas públicas desempenham papel relevante na democratização dessas oportunidades. Carvalho (2024) relaciona a gestão esportiva à inclusão, à integração comunitária, à saúde e à qualidade de vida, enquanto Santana (2024) destaca que a organização das políticas locais influencia diretamente as condições de acesso da população. Infraestrutura, financiamento, participação comunitária e planejamento constituem elementos que interferem na continuidade e no alcance das ações.

Essa discussão também alcança o ambiente universitário. Vieira (2023) situa o esporte universitário no campo das políticas educacionais e de assistência estudantil. A oferta de práticas esportivas pode contribuir para a convivência acadêmica, a permanência dos estudantes e experiências que articulam formação, saúde e participação.

O esporte praticado nas instituições de ensino superior possui, ainda, uma estrutura própria de organização nacional. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário exerce atribuições relacionadas à promoção e regulamentação dessa modalidade, articulando competições e iniciativas que integram a experiência esportiva ao ambiente acadêmico.

Mesmo nesse cenário, a dimensão competitiva representa apenas uma das possibilidades do esporte universitário. Projetos de participação, atividades recreativas, práticas inclusivas e ações extensionistas podem alcançar públicos diversificados e aproximar a universidade das comunidades de seu entorno.

Sob essa ótica, o esporte torna-se um meio de formação e convivência capaz de contribuir para processos mais amplos de inclusão social. Seus efeitos dependem das condições de acesso, dos valores que orientam as práticas e da capacidade das instituições de estruturarem políticas que reconheçam o esporte como direito e experiência formativa.

Essa compreensão aproxima o esporte da discussão sobre desenvolvimento regional. Territórios que ampliam oportunidades de participação esportiva fortalecem espaços de encontro, sociabilidade, educação e promoção da saúde. Quando articuladas à extensão universitária, essas ações podem alcançar diferentes grupos sociais e integrar conhecimento, participação comunitária e qualidade de vida.

4.3 Lazer e qualidade de vida

O lazer integra a vida social e constitui um direito relacionado ao bem-estar, à convivência e às possibilidades de realização pessoal. Embora frequentemente associado ao tempo disponível após o trabalho ou às atividades recreativas, seu significado é mais amplo e envolve experiências culturais, esportivas, artísticas e sociais que permitem descanso, expressão, encontro e participação.

Silva *et al.* (2023) relacionam o lazer à identidade social, aos vínculos comunitários e ao bem-estar físico e mental. Essa compreensão evidencia que seu valor não decorre somente da interrupção das obrigações cotidianas, mas das possibilidades de escolha e participação que os indivíduos encontram durante seu tempo disponível.

O acesso a essas experiências, contudo, não ocorre de maneira igualitária. Stoppa e Isayama (2017) ressaltam que fatores econômicos, culturais e sociais interferem diretamente nas oportunidades de participação. Local de residência, renda, disponibilidade de equipamentos e existência de políticas públicas podem ampliar ou restringir significativamente o direito ao lazer.

Essa desigualdade permite compreender por que a criação de espaços físicos, isoladamente, não resolve o problema do acesso. Equipamentos públicos precisam ser acompanhados de políticas, programas e profissionais capazes de mobilizar a população e criar oportunidades compatíveis com as características de diferentes grupos sociais.

A relação entre lazer e saúde constitui outro aspecto relevante. Townsend, Chen e Wuthrich (2021) associam a participação em atividades recreativas ao bem-estar emocional e à saúde mental. Experiências que favorecem interação social,

movimento corporal e expressão podem colaborar para reduzir isolamento, ampliar redes de apoio e melhorar a percepção individual de qualidade de vida.

O envelhecimento oferece um exemplo importante dessa relação. Finkel, Andel e Pedersen (2016) apontam benefícios da participação em atividades de lazer para a experiência do envelhecimento, enquanto Aguiar et al. (2024) destacam sua relação com autonomia, vínculos sociais e preservação de capacidades físicas e cognitivas. Caminhadas, dança, oficinas culturais e outras práticas podem contribuir para uma vida mais ativa e socialmente integrada.

As diferenças de acesso tornam-se evidentes quando se observam grupos que enfrentam barreiras específicas. Oliveira et al. (2024), ao analisarem a participação feminina em atividades de lazer, identificam obstáculos relacionados à dupla jornada de trabalho, aos afazeres domésticos e às condições de infraestrutura. A disponibilidade de tempo livre, portanto, não pode ser compreendida como realidade igualmente distribuída entre todos os indivíduos.

Programas que reconhecem essas desigualdades podem gerar efeitos importantes na sociabilidade e no bem-estar. Ao criar oportunidades de participação em ambientes seguros e acessíveis, políticas de lazer favorecem a formação de redes sociais, a apropriação dos espaços públicos e o fortalecimento das relações comunitárias.

Essa dimensão coletiva é particularmente importante para a discussão do desenvolvimento. Praças, centros culturais, equipamentos esportivos, atividades recreativas e eventos comunitários constituem espaços nos quais pessoas se encontram e compartilham experiências. A existência dessas oportunidades influencia a forma como os indivíduos se

relacionam com os lugares onde vivem e com os demais membros da comunidade.

No ambiente universitário, o lazer pode contribuir para ampliar a convivência, reduzir tensões associadas à rotina acadêmica e criar espaços de encontro entre estudantes, servidores e comunidade externa. Atividades culturais, esportivas e recreativas enriquecem a experiência universitária e favorecem relações que muitas vezes ultrapassam as estruturas formais de ensino.

A extensão constitui uma das possibilidades de democratizar essas experiências. Ao promover oficinas, atividades físicas, eventos, festivais, encontros e outras iniciativas abertas à sociedade, as universidades podem utilizar seus recursos humanos e institucionais para ampliar oportunidades de lazer em contextos nos quais a oferta ainda é limitada.

Compreendido como direito social, o lazer integra uma concepção de qualidade de vida que considera a possibilidade de participar da vida cultural e comunitária. Sua presença nas políticas públicas e nas ações universitárias contribui para uma visão de desenvolvimento que reconhece bem-estar, convivência e participação como dimensões relevantes da experiência humana.

4.4 Cultura, esporte e lazer como estratégias de desenvolvimento

Analisadas separadamente, cultura, esporte e lazer apresentam características e campos de atuação próprios. Quando observadas de forma integrada, porém, revelam importantes pontos de convergência. As três dimensões criam espaços de participação, favorecem relações comunitárias e

oferecem oportunidades de expressão, aprendizagem e convivência que interferem diretamente na maneira como as pessoas vivenciam seus territórios.

Essa aproximação permite compreender por que tais áreas podem contribuir para processos de desenvolvimento regional. Uma concepção multidimensional de desenvolvimento reconhece que a melhoria das condições de vida não depende exclusivamente de renda, produção ou infraestrutura econômica. O acesso à cultura, às práticas esportivas e ao lazer integra o conjunto de oportunidades que influencia o bem-estar e as capacidades de indivíduos e comunidades.

As manifestações culturais colaboram para preservar memórias, reconhecer identidades e valorizar saberes construídos localmente. O esporte cria possibilidades de formação, participação e integração. O lazer amplia os espaços de encontro, descanso, expressão e sociabilidade. Juntos, esses campos favorecem experiências que fortalecem vínculos e estimulam formas coletivas de participação.

Outro elemento de convergência está na utilização e ressignificação dos espaços. Projetos culturais podem recuperar memórias associadas a determinados lugares; práticas esportivas ocupam praças, quadras e equipamentos comunitários; atividades de lazer favorecem a apropriação dos espaços públicos pela população. Essas experiências contribuem para transformar o território em lugar vivido, reconhecido e compartilhado.

A valorização territorial pode produzir efeitos que alcançam igualmente a dinâmica econômica. Manifestações culturais, festivais, práticas artísticas e outros eventos podem estimular circulação de pessoas, atividades comerciais e iniciativas associadas ao turismo e à economia criativa. O impacto econômico, entretanto, constitui uma

dimensão entre várias e deve ser compreendido em articulação com os significados sociais e culturais produzidos pelas próprias comunidades.

A inclusão representa outro eixo comum. Barreiras econômicas, geográficas, estruturais ou sociais podem restringir o acesso a atividades culturais, esportivas e recreativas. Políticas públicas e ações institucionais voltadas à democratização dessas experiências contribuem para ampliar oportunidades destinadas a grupos que historicamente tiveram menor acesso a esses direitos.

A extensão universitária oferece condições particularmente favoráveis para essa articulação. Projetos desenvolvidos em parceria com comunidades podem combinar processos educativos, manifestações culturais, práticas corporais e experiências de lazer em torno de demandas concretas. Essa integração permite que conhecimentos acadêmicos circulem, ao mesmo tempo em que os saberes e práticas locais passam a participar da construção das ações.

A relação dialógica discutida no capítulo anterior adquire, nesses campos, uma expressão concreta. Cultura, esporte e lazer constituem formas de aproximação capazes de mobilizar públicos distintos e criar ambientes menos formais de interação. A música, a dança, os jogos, as práticas esportivas, os festivais e as atividades recreativas podem abrir caminhos para experiências educativas, processos de conscientização e construção de vínculos entre universidade e sociedade.

A contribuição dessas iniciativas para o desenvolvimento depende, contudo, da maneira como são planejadas. A realização eventual de uma atividade não garante, isoladamente, efeitos duradouros. Continuidade, participação comunitária, articulação institucional, recursos

adequados e avaliação dos resultados interferem diretamente na capacidade de produzir transformações relevantes.

Quando incorporadas a políticas consistentes, cultura, esporte e lazer podem atuar de maneira articulada na promoção da cidadania e da qualidade de vida. A valorização das identidades locais, a ampliação das oportunidades de convivência e a democratização do acesso a essas experiências integram uma perspectiva de desenvolvimento comprometida com as pessoas e com os recursos presentes nos territórios.

As universidades públicas possuem condições singulares para participar desse processo. Sua presença territorial, a diversidade de áreas do conhecimento e a possibilidade de integrar ensino, pesquisa e extensão permitem a construção de iniciativas adaptadas a diferentes contextos sociais. Ao estabelecer parcerias e reconhecer as especificidades locais, essas instituições podem transformar cultura, esporte e lazer em importantes campos de interação com a sociedade.

Essa compreensão fornece a base para avançar da discussão conceitual para a análise institucional. Depois de examinar os fundamentos do desenvolvimento regional, o papel das universidades, a extensão e as contribuições específicas da cultura, do esporte e do lazer, torna-se necessário conhecer o contexto em que essas dimensões se materializam na experiência estudada nesta obra.

O próximo capítulo volta-se, portanto, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, abordando sua trajetória, sua presença territorial e a organização das ações extensionistas que possibilitaram o desenvolvimento de iniciativas em cultura, esporte e lazer em diferentes regiões do estado.

CAPÍTULO 5

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E SUA INSERÇÃO REGIONAL

5.1 Criação e interiorização da UEMS

A constituição da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está diretamente relacionada ao processo de expansão e interiorização da educação superior no estado. Sua trajetória institucional foi construída em um cenário marcado pela necessidade de ampliar as oportunidades de formação universitária para populações residentes fora dos grandes centros e reduzir barreiras geográficas que historicamente dificultavam o acesso ao ensino superior.

A previsão de criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul aparece na Constituição Estadual e antecede sua efetiva implantação. A instituição foi fundada em 1993 e estabeleceu sua sede em Dourados, município localizado em uma região de significativa importância econômica, social e populacional para Mato Grosso do Sul. A instalação de uma universidade estadual representava, naquele momento, uma estratégia de ampliação da

presença do poder público na educação superior e de atendimento a diferentes regiões do estado.

Deffacci e Braga (2020) relacionam a criação da UEMS ao propósito de democratizar o acesso ao ensino superior e enfrentar desigualdades regionais. A configuração institucional adotada buscou atender municípios nos quais as oportunidades de formação universitária eram reduzidas, permitindo que estudantes pudessem acessar cursos superiores sem depender exclusivamente do deslocamento para os principais centros urbanos.

Esse compromisso com a interiorização tornou-se uma característica marcante da identidade da Universidade. Em vez de concentrar suas atividades em uma única cidade, a UEMS estruturou sua presença em diferentes pontos do território sul-mato-grossense, aproximando a formação acadêmica de comunidades com características econômicas, sociais e culturais bastante diversas.

A expansão da educação superior produz efeitos que ultrapassam a formação individual dos estudantes. A instalação de uma universidade mobiliza professores, técnicos, pesquisadores e discentes, amplia a circulação de conhecimentos e estabelece novas relações com escolas, órgãos públicos, empresas, organizações sociais e comunidades. A instituição passa a integrar a dinâmica cotidiana dos municípios e a participar das discussões relacionadas às necessidades locais.

Lima (2012), ao investigar a percepção de gestores municipais e indicadores associados à presença da UEMS, identificou avaliações positivas sobre sua influência nos municípios pesquisados, especialmente quanto à qualificação profissional e às oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Os resultados apresentados pelo autor permitem

discutir possíveis relações entre expansão do ensino superior e mudanças observadas nas localidades estudadas, sem atribuir à presença da Universidade, isoladamente, causalidade sobre os indicadores socioeconômicos.

Esses resultados devem ser compreendidos dentro de uma dinâmica regional mais ampla, na qual diferentes fatores econômicos, sociais e institucionais interagem. A presença da universidade não constitui, isoladamente, explicação para as transformações verificadas nos municípios, mas representa um componente relevante na formação de recursos humanos, na circulação do conhecimento e na criação de oportunidades educacionais.

Moreira (2012) reforça essa discussão ao relacionar a ampliação do acesso à educação superior às políticas de qualificação profissional e inclusão social. Em regiões distantes dos principais centros acadêmicos, a existência de instituições públicas pode modificar trajetórias individuais e ampliar perspectivas de formação e trabalho, contribuindo para a constituição de quadros profissionais capazes de atuar nas próprias localidades.

Ao longo de sua trajetória, a UEMS consolidou-se, assim, como parte da estrutura pública de educação superior de Mato Grosso do Sul. Sua criação deve ser compreendida no interior de um projeto de democratização do conhecimento e descentralização das oportunidades educacionais, princípios que posteriormente se refletiriam também nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição.

5.2 Estrutura multicampi e presença territorial

A presença territorial constitui uma das características mais marcantes da Universidade Estadual de Mato Grosso do

Sul. Sua organização descentralizada permite que a instituição estabeleça vínculos com municípios situados em diferentes regiões, cada qual marcado por particularidades econômicas, culturais, produtivas e sociais.

No período considerado nesta obra, a UEMS encontrava-se estruturada em 15 Unidades Universitárias distribuídas pelos municípios de Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã. A Universidade também mantinha polos vinculados à educação a distância, ampliando sua presença para outras localidades do estado.

Essa distribuição territorial concretiza uma estratégia de interiorização do ensino superior. Braga (2019) observa que a presença das unidades da UEMS em diferentes municípios contribui para a descentralização das oportunidades educacionais e para a democratização do conhecimento. A proximidade geográfica reduz algumas das barreiras enfrentadas por estudantes que, em outras circunstâncias, precisariam migrar para centros maiores para acessar a formação universitária.

A estrutura multicampi produz, ainda, condições particulares para a relação entre universidade e território. Cada unidade convive com demandas distintas e estabelece relações com grupos sociais, organizações públicas, sistemas produtivos e manifestações culturais próprias de sua região. Essa diversidade cria um ambiente institucional no qual a atuação universitária pode assumir formatos diferentes conforme as características locais.

A universidade passa, desse modo, a conhecer os territórios também por meio de sua própria presença cotidiana. Estudantes trazem para o ambiente acadêmico experiências

provenientes de suas comunidades; professores e técnicos estabelecem relações com instituições locais; pesquisas investigam problemas regionais; atividades formativas e extensionistas aproximam diferentes setores da população.

Essa capilaridade favorece a circulação do conhecimento entre regiões e cria possibilidades para que experiências desenvolvidas em uma unidade sejam compartilhadas ou adaptadas a outras realidades. Ao mesmo tempo, a descentralização impõe desafios relacionados à infraestrutura, à disponibilidade de recursos humanos e à necessidade de coordenação institucional entre localidades geograficamente distantes.

O caráter multicampi, portanto, deve ser compreendido simultaneamente como potencialidade e desafio. Ele amplia o alcance territorial da instituição e permite maior proximidade com distintas realidades do estado, mas exige políticas capazes de reconhecer as especificidades das unidades e garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades universitárias.

A dimensão territorial torna-se especialmente importante quando se considera a extensão. Diferentemente de uma universidade concentrada em único espaço urbano, uma instituição presente em várias regiões dispõe de múltiplos pontos de contato com a sociedade. Essa configuração amplia as possibilidades de construção de projetos associados às demandas e potencialidades de diferentes comunidades.

Na UEMS, a extensão encontra nessa estrutura descentralizada um campo privilegiado para aproximar conhecimento acadêmico e realidade regional. As ações desenvolvidas nas unidades podem dialogar diretamente com as características dos municípios e de suas áreas de influência,

transformando a presença territorial da Universidade em uma oportunidade de interação social.

5.3 A extensão universitária na UEMS

A extensão integra a concepção institucional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e constitui um dos meios pelos quais a instituição estabelece relações com a sociedade. Sua presença articula-se ao ensino e à pesquisa e busca aproximar produção acadêmica, formação universitária e demandas provenientes dos diferentes territórios alcançados pela UEMS.

O Projeto Pedagógico Institucional 2021-2025 compreende a extensão como processo educativo, cultural e científico fundamentado na articulação entre ensino e pesquisa e orientado por uma relação transformadora entre universidade e sociedade. A concepção institucional valoriza a troca entre conhecimentos acadêmicos e populares e reconhece a extensão como parte do compromisso social universitário (UEMS, 2021).

Essa definição aproxima a política institucional dos princípios discutidos no Capítulo 3 desta obra. A extensão é concebida como espaço de interlocução, e não como simples transferência unilateral do conhecimento produzido no ambiente acadêmico. O contato com a sociedade pressupõe interação e reconhecimento de experiências construídas fora dos limites formais da Universidade.

Administrativamente, a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários desempenha papel importante na articulação dessas atividades. Por meio de suas estruturas e políticas, são organizados programas,

projetos e outras modalidades que envolvem estudantes, docentes, técnicos e comunidade externa.

A presença das unidades universitárias em diversas regiões amplia as possibilidades dessa atuação. Uma ação extensionista desenvolvida em Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Dourados, Naviraí ou Ponta Porã, por exemplo, encontra contextos sociais e culturais distintos. Essa diversidade territorial exige sensibilidade para que os projetos sejam concebidos em diálogo com as características das populações envolvidas.

A extensão também amplia as experiências formativas dos estudantes ao colocá-los em contato com situações concretas. Ao participarem de projetos junto às comunidades, os acadêmicos podem confrontar os conhecimentos construídos durante sua formação com problemas, práticas e saberes existentes fora do espaço universitário.

Para a instituição, esse contato constitui uma fonte relevante de aprendizagem. As demandas identificadas durante as ações podem estimular novas pesquisas, provocar discussões acadêmicas e contribuir para o aprimoramento de práticas institucionais. A sociedade deixa de representar apenas o destino de uma atividade e passa a integrar a própria dinâmica de produção de conhecimentos e experiências.

Esse modelo assume relevância particular em uma universidade marcada pela interiorização. A extensão pode transformar a dispersão territorial da UEMS em uma rede de interação com diferentes comunidades, ampliando o alcance social de suas atividades e criando oportunidades para que cada unidade participe do desenvolvimento de sua região.

Entre os vários campos abrangidos pela política extensionista, cultura, esporte e lazer adquiriram estrutura

institucional própria ao longo da trajetória da Universidade. A criação de mecanismos específicos para fomentar e acompanhar essas atividades representa um passo importante na consolidação dessas áreas dentro da UEMS.

5.4 Cultura, esporte e lazer na trajetória institucional

A institucionalização das ações de cultura, esporte e lazer na UEMS ganhou maior definição a partir de 2016. Naquele ano, a Universidade criou a Divisão de Cultura, Esporte e Lazer (DCEL), estrutura destinada a acompanhar e estimular iniciativas desenvolvidas nessas áreas junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

A criação da DCEL ocorreu por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 479, de 23 de junho de 2016. Alguns meses depois, a Resolução CEPE-UEMS nº 1.786, de 24 de outubro de 2016, homologou a Política de Cultura, Esporte e Lazer (PCEL), estabelecendo referenciais institucionais para a promoção dessas áreas.

A existência de uma política específica representou um avanço importante, pois reconheceu cultura, esporte e lazer como dimensões integrantes da atuação universitária. Ações artísticas, culturais, esportivas e recreativas passaram a contar com um marco institucional capaz de orientar sua realização e inseri-las de forma mais estruturada no campo da extensão.

Ainda em 2016, a Resolução CEPE-UEMS nº 1.787 regulamentou o Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer (PIBCEL). O programa criou possibilidades para a participação estudantil em ações dessas áreas por meio da concessão de bolsas e da vinculação dos acadêmicos a propostas orientadas por docentes ou técnicos administrativos.

O PIBCEL assumiu importância estratégica ao combinar formação estudantil e intervenção extensionista. A participação dos acadêmicos cria oportunidades para que conhecimentos, interesses e experiências desenvolvidos durante a graduação sejam colocados em diálogo com atividades culturais, esportivas e de lazer realizadas dentro e fora do ambiente universitário.

Ao lado do programa de bolsas, as ações de Fluxo Contínuo constituíram outro importante mecanismo de desenvolvimento dessas iniciativas. Projetos, cursos e eventos puderam ser cadastrados e acompanhados institucionalmente, ampliando as possibilidades de participação de docentes, técnicos e estudantes.

O processo de submissão e acompanhamento das propostas utilizava o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj). As ações eram encaminhadas para análise e avaliação, permitindo que a Universidade mantivesse registros sobre projetos em desenvolvimento e sobre seus respectivos resultados.

A institucionalização dessas atividades possibilitou a realização de iniciativas bastante variadas. Grupos musicais, oficinas, apresentações artísticas, ações voltadas ao patrimônio e às culturas regionais, atividades esportivas, jogos universitários e experiências de lazer passaram a integrar um conjunto diversificado de práticas desenvolvidas pela Universidade.

Godoy (2021) chama atenção para o potencial das atividades universitárias vinculadas às realidades locais e à valorização das culturas presentes nos territórios. Em uma instituição multicampi, esse aspecto assume significado especial, pois as manifestações culturais e as

demandas comunitárias diferem consideravelmente entre as regiões do estado.

Vieira (2023), ao discutir as práticas esportivas no ambiente universitário, reforça sua contribuição para a formação e para a convivência acadêmica. Quando articuladas às políticas institucionais, essas atividades podem ampliar oportunidades de participação e integrar dimensões educacionais, sociais e de bem-estar.

Em 2024, uma reestruturação administrativa formalizada pela Resolução COUNI-UEMS nº 685 modificou a organização responsável por essas políticas. O esporte foi deslocado para outra Pró-Reitoria, e a antiga DCEL passou a funcionar como Divisão de Cultura e Lazer (DCULT), mantendo atribuições relacionadas às atividades culturais previstas na política institucional. Para a análise de 2017 a 2023, entretanto, considera-se a estrutura vigente no período em que as ações estudadas foram executadas.

Essas alterações mostram que a organização administrativa das áreas pode ser modificada ao longo do tempo, enquanto as experiências acumuladas permanecem relevantes para compreender sua trajetória. Entre 2017 e 2023, período analisado nesta obra, cultura, esporte e lazer estiveram articulados sob uma estrutura que permitiu registrar, fomentar e acompanhar iniciativas extensionistas realizadas em diferentes unidades da Universidade.

Essa estrutura institucional oferece a base necessária para compreender os dados apresentados nos capítulos seguintes. A existência de editais de Fluxo Contínuo e do PIBCEL possibilitou a formação de um conjunto documental composto por propostas e relatórios finais, permitindo observar a distribuição das ações, os públicos alcançados,

sua presença territorial e os efeitos relatados pelos responsáveis pelas iniciativas.

A trajetória apresentada até aqui demonstra que cultura, esporte e lazer foram incorporados à atuação extensionista da UEMS por meio de políticas, programas e estruturas administrativas específicas. É a partir desse percurso que o próximo capítulo examina as ações efetivamente desenvolvidas entre 2017 e 2023, deslocando o olhar da organização institucional para a experiência concreta registrada nos projetos de extensão.

CAPÍTULO 6

PROJETOS DE EXTENSÃO EM CULTURA, ESPORTE E LAZER NA UEMS (2017-2023)

6.1 Panorama geral das ações extensionistas

A análise das ações de extensão desenvolvidas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nas áreas de cultura, esporte e lazer permite observar como a política institucional discutida no capítulo anterior se materializou em iniciativas concretas distribuídas pelo território sul-mato-grossense.

O período compreendido entre 2017 e 2023 corresponde a uma etapa particularmente significativa dessa trajetória. Após a criação da Divisão de Cultura, Esporte e Lazer e a regulamentação da Política de Cultura, Esporte e Lazer, a Universidade passou a contar com mecanismos específicos para cadastrar, acompanhar e fomentar propostas relacionadas a essas áreas.

O levantamento realizado nos registros institucionais identificou dois principais conjuntos de ações: aquelas vinculadas ao Fluxo Contínuo e os projetos desenvolvidos no

âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer (PIBCEL). Foram consideradas exclusivamente as propostas concluídas e acompanhadas de relatório final, condição que possibilitou analisar tanto suas características quantitativas quanto os resultados relatados pelos responsáveis.

Ao longo dos sete anos examinados, foram contabilizadas 130 ações: 51 vinculadas ao Fluxo Contínuo e 79 ao PIBCEL. Esse conjunto revela uma atuação diversificada, composta por projetos, eventos e cursos, desenvolvidos em diferentes Unidades Universitárias e voltados a públicos internos e externos à instituição.

A cultura apresentou predominância no período, especialmente nas iniciativas relacionadas à música, ao teatro, à dança, ao cinema, às artes visuais, ao patrimônio e a outras manifestações artísticas. As atividades de esporte e lazer ganharam maior presença ao longo dos anos, ampliando a diversidade temática e incorporando ações relacionadas à prática esportiva, à convivência, à saúde e à qualidade de vida.

Essa distribuição não ocorreu de maneira uniforme. Dourados e Campo Grande concentraram parcela expressiva das propostas, situação relacionada à estrutura institucional dessas unidades, à presença de cursos associados às linguagens artísticas e à própria dinâmica de vinculação entre projetos de Fluxo Contínuo e bolsas do PIBCEL. Ao mesmo tempo, o período registrou expansão para outros municípios, evidenciando o potencial da estrutura multicampi para ampliar a presença territorial da extensão.

Outro elemento marcante foi a pandemia de Covid-19. As restrições impostas às atividades presenciais alteraram as formas tradicionais de execução das ações e exigiram adaptações metodológicas. Redes sociais, vídeos, plataformas

virtuais e outros recursos digitais passaram a integrar as estratégias extensionistas, permitindo preservar vínculos com os participantes e, em alguns casos, alcançar públicos localizados fora dos municípios de origem dos projetos.

A retomada das atividades presenciais a partir de 2022 coincidiu com um novo momento de crescimento e diversificação das iniciativas. A experiência adquirida durante o período de restrições sanitárias não desapareceu com o retorno aos espaços físicos. Recursos digitais permaneceram incorporados a diversos projetos e passaram a coexistir com atividades presenciais, contribuindo para ampliar as possibilidades de comunicação e alcance.

O panorama do período demonstra, portanto, uma política em processo de consolidação, marcada pela predominância cultural, pela ampliação das ações de esporte e lazer, pela expansão territorial e pela adaptação das estratégias de execução. As particularidades dos dois mecanismos institucionais analisados – Fluxo Contínuo e PIBCEL – ajudam a compreender de maneira mais detalhada essa trajetória.

6.2 Projetos de Fluxo Contínuo

O Fluxo Contínuo constituiu um dos principais mecanismos utilizados pela UEMS para o cadastro e acompanhamento de ações extensionistas nas áreas de cultura, esporte e lazer. Sua característica central consiste na possibilidade de apresentação de propostas ao longo do período previsto institucionalmente, contemplando diferentes formatos de intervenção.

No universo analisado entre 2017 e 2023, foram identificadas 51 ações concluídas com relatório final. Desse

total, 29 foram classificadas como projetos, 20 como eventos e duas como cursos. Em conjunto, alcançaram público estimado em 21.851 pessoas.

O ano de 2017 marcou o primeiro ciclo analisado e apresentou 13 ações, todas enquadradas na área da cultura. Música, teatro, cinema, patrimônio e outras manifestações artísticas compuseram um conjunto que alcançou sete municípios e reuniu experiências de abrangência municipal e estadual. Campo Grande concentrou parte expressiva das propostas, enquanto Dourados, Maracaju, Ponta Porã, Jardim, Ivinhema e Amambai também participaram desse primeiro movimento.

A configuração inicial foi caracterizada por presença significativa de eventos. Das 13 ações realizadas em 2017, oito assumiram esse formato e cinco foram desenvolvidas como projetos. Essa composição sugere uma fase de implantação da política, na qual festivais, apresentações, mostras e atividades culturais tiveram papel relevante na aproximação com diferentes públicos.

Em 2018, foram registradas oito ações, novamente com predominância cultural. A distribuição contemplou Dourados, Amambai, Maracaju e Ivinhema. Um aspecto importante desse período foi o aumento relativo dos projetos de caráter continuado, que passaram a representar a maioria das propostas, indicando uma transição em relação ao perfil mais concentrado em eventos observado no primeiro ano.

O ciclo de 2019 contou com quatro ações, três projetos e um evento. Campo Grande concentrou três iniciativas e Dourados sediou uma. Apesar da redução numérica, a continuidade de projetos relacionados às linguagens artísticas reforçou a cultura como principal eixo das propostas cadastradas.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a rotina institucional. Foram analisadas três ações de Fluxo Contínuo, todas em formato de projeto. Duas estavam vinculadas à cultura e uma ao esporte e lazer. A presença do Projeto de Extensão UEMS Karate JKA nesse conjunto merece atenção porque seu relatório final foi apresentado em 2020, embora a ação tivesse sido iniciada em anos anteriores e prorrogada. Esse exemplo é importante para compreender o critério adotado na organização dos dados: as ações foram contabilizadas no ano de apresentação do relatório final.

As restrições sanitárias exigiram mudanças no modo de execução. Atividades foram adaptadas para formatos remotos, e recursos tecnológicos passaram a mediar parte das relações com os participantes. O período evidenciou tanto as limitações impostas pela impossibilidade de encontros presenciais quanto a capacidade de adaptação das equipes responsáveis.

Em 2021, ainda sob efeitos do distanciamento social, foram registradas três ações, concentradas em Campo Grande e Dourados. Cursos e projetos utilizaram estratégias virtuais que permitiram ultrapassar as fronteiras físicas das unidades universitárias. Cineclube, formação musical e festival artístico ilustram a continuidade das atividades culturais em condições excepcionais.

A retomada presencial em 2022 marcou nova etapa. Seis ações foram concluídas, reunindo cultura, esporte e lazer em formatos diversos. Projetos culturais, atividades musicais, eventos esportivos e o INTERUEMS demonstraram maior diversificação temática. As tecnologias digitais permaneceram presentes e, em alguns casos, ampliaram significativamente o alcance das propostas.

Em 2023, o Fluxo Contínuo atingiu seu maior grau de diversidade territorial no período analisado. Foram contabilizadas 14 ações, distribuídas entre Dourados, Campo Grande, Naviraí, Aquidauana, Nova Andradina, Ponta Porã e Maracaju. O conjunto foi composto por oito iniciativas culturais e seis relacionadas ao esporte e lazer, com nove projetos e cinco eventos.

O público alcançado pelas ações concluídas em 2023 chegou a 7.147 pessoas. Projetos e eventos como o Festival Etnocultural dos Ervais, a Jornada de Artes, o Samba-Choro na Universidade, atividades esportivas em Aquidauana e Naviraí e o INTERUEMS demonstraram a diversidade de formatos assumidos pela política extensionista naquele momento.

A trajetória do Fluxo Contínuo revela algumas tendências importantes. A primeira é a permanência da cultura como área predominante ao longo do período. A segunda é o crescimento progressivo da presença do esporte e do lazer, mais evidente nos anos finais. A terceira corresponde à passagem de uma configuração inicialmente marcada por eventos para um conjunto no qual projetos de maior continuidade assumiram maior espaço.

O mecanismo mostrou-se ainda relevante para a expansão territorial das iniciativas. Embora algumas unidades tenham concentrado maior quantidade de ações, a presença de propostas em diferentes municípios demonstra como a estrutura multicampi pode favorecer experiências associadas às características e aos públicos de cada localidade.

6.3 Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer – PIBCEL

O Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer representa uma estratégia específica de estímulo à participação estudantil na extensão universitária. Por meio do programa, acadêmicos de graduação desenvolvem projetos vinculados a ações institucionais e contam com orientação de docentes ou técnicos administrativos.

Uma característica importante do PIBCEL é sua articulação com o Fluxo Contínuo. A proposta desenvolvida pelo estudante deve estar vinculada a uma ação previamente cadastrada, estabelecendo uma relação entre o projeto institucional coordenado pelo servidor e a atividade extensionista conduzida pelo bolsista.

Entre 2017 e 2023, foram analisadas 79 ações concluídas no âmbito do programa. A cultura concentrou 59 projetos, enquanto esporte e lazer reuniram 20. O conjunto alcançou 27.021 pessoas.

Em 2017, primeiro ano considerado, foram registradas oito ações, das quais seis pertenciam à cultura e duas ao esporte e lazer. Campo Grande e Dourados concentraram as propostas, característica que se repetiria nos primeiros ciclos do programa.

No ano seguinte, sete ações foram concluídas, sendo cinco culturais e duas de esporte e lazer. Em 2019, foram contabilizados seis projetos, cinco relacionados à cultura e um ao esporte e lazer. Esses primeiros anos evidenciam a forte presença das linguagens artísticas na configuração inicial do PIBCEL.

A concentração em Campo Grande e Dourados possui explicações institucionais. Campo Grande reúne cursos

diretamente associados às linguagens artísticas, enquanto Dourados, sede da Universidade, apresenta expressiva atividade extensionista. Além disso, como as propostas de estudantes devem estar vinculadas a ações de Fluxo Contínuo coordenadas por servidores, a distribuição dos projetos dos orientadores influencia diretamente a localização das bolsas.

Essa lógica ajuda a compreender por que determinadas unidades assumiram maior protagonismo sem que isso signifique uma restrição formal à participação de outras áreas ou municípios. O caso de Paranaíba, que posteriormente desenvolveu ações culturais vinculadas ao Curso de Direito, demonstra o caráter transversal da política: cultura, esporte e lazer podem dialogar com diferentes campos de formação.

Em 2020, o PIBCEL registrou nove projetos concluídos, sete na área cultural e dois em esporte e lazer. Campo Grande, Dourados e Paranaíba participaram desse ciclo. A pandemia exigiu reformulação das atividades e introduziu novas estratégias de comunicação, produção de conteúdos e interação com o público.

O ano de 2021 apresentou oito projetos, mantendo a predominância cultural. O público informado nos relatórios alcançou 1.670 pessoas. Mesmo diante das restrições sanitárias ainda existentes, as atividades abordaram temas relacionados à arte, cinema, práticas corporais, formação e reflexão social.

A expansão mais acentuada ocorreu em 2022, quando 22 ações foram concluídas: 17 culturais e cinco de esporte e lazer. O público alcançado chegou a 5.264 pessoas. Em comparação com o ano anterior, o crescimento foi expressivo e coincidiu com a retomada mais ampla das atividades presenciais e com a consolidação de estratégias digitais desenvolvidas durante a pandemia.

Em 2023, foram contabilizados 19 projetos, sendo 13 na área de cultura e seis em esporte e lazer. Embora o número de ações tenha sido ligeiramente inferior ao de 2022, o público informado nos relatórios apresentou forte crescimento, chegando a 18.067 pessoas.

Esse resultado esteve associado, em grande medida, à utilização de plataformas digitais e à produção de conteúdos capazes de circular para além dos espaços físicos da Universidade. Vídeos, mídias sociais e outros canais ampliaram a visibilidade das ações e permitiram que materiais educativos, culturais e informativos permanecessem disponíveis após sua produção.

A distribuição territorial também se ampliou. Campo Grande e Dourados permaneceram como principais centros das propostas, enquanto Paranaíba, Maracaju e Naviraí passaram a integrar o conjunto de municípios com projetos contemplados no período.

A trajetória do PIBCEL evidencia a consolidação de um programa que combina formação estudantil, produção cultural, esporte, lazer e interação comunitária. Sua importância não se resume à quantidade de bolsas concedidas. Ao inserir estudantes como protagonistas das ações, o programa favorece experiências nas quais formação acadêmica e participação social se encontram.

6.4 Distribuição territorial das ações

A dimensão territorial ocupa posição central na análise das ações extensionistas da UEMS. A Universidade possui estrutura multicampi e está inserida em regiões com características econômicas, sociais e culturais distintas. Por essa razão, observar onde os projetos foram desenvolvidos permite

compreender em que medida a política de cultura, esporte e lazer alcançou diferentes partes do estado.

Os dados revelam concentração significativa em Dourados e Campo Grande. Essa configuração apareceu tanto no Fluxo Contínuo quanto no PIBCEL e permaneceu ao longo de praticamente todo o período estudado.

A concentração, entretanto, não deve ser interpretada isoladamente. Dourados abriga a sede administrativa da Universidade e possui histórico expressivo de projetos institucionais. Campo Grande reúne cursos e equipes associados às áreas artísticas e culturais, fator que favoreceu a proposição de iniciativas especialmente relacionadas à música, teatro, dança e outras linguagens.

A própria organização do PIBCEL reforça esse movimento. Como os projetos de bolsistas precisam estar vinculados a ações de Fluxo Contínuo coordenadas por servidores, unidades que apresentam maior quantidade de propostas institucionais tendem a gerar também maior número de oportunidades para estudantes.

Ao lado dessa concentração, os dados mostram expansão para diferentes municípios. Amambai, Aquidauana, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã aparecem em diferentes momentos do período analisado, demonstrando que as ações não ficaram restritas aos dois maiores centros institucionais.

O ano de 2023 apresenta um exemplo expressivo desse movimento. As 14 ações de Fluxo Contínuo daquele ciclo estiveram distribuídas em sete das 15 Unidades Universitárias existentes no período, correspondendo a aproximadamente 46,7% das unidades da instituição.

A presença territorial adquire significado particular quando se observam os conteúdos das iniciativas. Festivais culturais, atividades musicais, projetos relacionados às identidades regionais, ações esportivas e experiências de lazer dialogaram com públicos e contextos distintos. A extensão assumiu, assim, características próprias conforme os lugares em que ocorreu.

Essa distribuição evidencia tanto avanços quanto possibilidades de ampliação. A existência de unidades sem registros no conjunto analisado mostra que a capilaridade institucional da UEMS é maior do que a distribuição efetivamente alcançada pelos projetos de cultura, esporte e lazer no período.

Esse aspecto constitui um dado relevante para o planejamento institucional. Uma universidade multicampi dispõe de condições favoráveis para ampliar sua atuação territorial, mas a efetivação desse potencial depende de servidores proponentes, estudantes interessados, infraestrutura, apoio institucional e condições para a execução das ações.

A análise territorial permite, portanto, compreender a extensão simultaneamente como política universitária e prática localizada. Cada proposta está vinculada a um território específico, mas integra uma rede institucional mais ampla. A articulação entre essas escalas – local e estadual – constitui uma das particularidades da experiência da UEMS.

6.5 Alcance e participação da comunidade

O conjunto das 130 ações analisadas alcançou aproximadamente 48.872 participantes entre 2017 e 2023.

Desse total, 21.851 correspondem às iniciativas de Fluxo Contínuo e 27.021 aos projetos do PIBCEL.

Esses números oferecem uma dimensão do alcance das atividades, mas precisam ser interpretados com cautela. O público informado decorre dos registros apresentados pelos coordenadores nos relatórios finais e reúne iniciativas muito diferentes entre si. Um projeto desenvolvido com grupo específico durante vários meses possui dinâmica distinta de um festival, evento esportivo ou conteúdo digital capaz de alcançar milhares de pessoas.

Por essa razão, a quantidade de participantes não pode ser utilizada isoladamente como medida de impacto. O dado permite dimensionar a abrangência das ações, enquanto a qualidade das experiências e os efeitos produzidos exigem uma análise complementar dos relatos apresentados pelos responsáveis.

Ainda assim, alguns movimentos são evidentes. Os anos posteriores à fase mais restritiva da pandemia registraram crescimento expressivo do alcance. No PIBCEL, por exemplo, o público passou de 1.670 pessoas em 2021 para 5.264 em 2022 e chegou a 18.067 em 2023.

As tecnologias digitais tiveram papel relevante nessa ampliação. A produção de vídeos, a divulgação em redes sociais e o uso de plataformas online permitiram que determinadas ações ultrapassassem o público presente fisicamente nos locais de realização. Conteúdos permaneceram disponíveis após o encerramento das atividades e puderam ser acessados por pessoas de diferentes municípios.

A participação comunitária assumiu formas variadas. Algumas iniciativas foram direcionadas prioritariamente à

comunidade acadêmica, enquanto outras envolveram escolas, crianças, idosos, grupos culturais, praticantes de atividades esportivas e moradores dos municípios onde as unidades estão instaladas.

Essa diversidade reforça a característica extensionista das ações. A Universidade não aparece apenas como espaço físico de realização das atividades, mas como instituição que estabelece relações com diferentes grupos sociais e utiliza cultura, esporte e lazer como meios de aproximação.

Os números indicam ainda que a cultura foi o principal canal de mobilização ao longo do período. Festivais, projetos musicais, cinema, teatro, dança, patrimônio e outras iniciativas artísticas reuniram grande parte das propostas e contribuíram para ampliar a presença institucional junto às comunidades.

Esporte e lazer apresentaram quantitativo menor de ações, mas sua participação tornou-se mais visível ao longo dos anos, especialmente por meio de eventos esportivos, práticas corporais e atividades relacionadas à saúde e à convivência.

O alcance registrado demonstra que os projetos analisados estabeleceram múltiplos pontos de contato entre universidade e sociedade. Contudo, compreender o significado dessas relações exige ultrapassar os indicadores quantitativos e examinar o que os coordenadores relataram sobre os efeitos produzidos nas comunidades.

É justamente essa mudança de perspectiva que orienta o capítulo seguinte. Se o presente capítulo permitiu visualizar quantas ações foram desenvolvidas, onde ocorreram e quantas pessoas alcançaram, o próximo busca compreender o que essas experiências produziram na percepção dos responsáveis pelos projetos.

A análise dos relatos revela dimensões relacionadas à inclusão e democratização do acesso, à formação cidadã, à valorização cultural, à saúde e ao bem-estar e à circulação do conhecimento. Esses elementos permitem aprofundar a discussão sobre a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 7

IMPACTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os dados apresentados no capítulo anterior permitiram dimensionar a presença das ações de cultura, esporte e lazer desenvolvidas pela UEMS entre 2017 e 2023. Número de projetos, distribuição territorial, público alcançado e modalidades de atuação revelaram uma política extensionista em processo de consolidação e expansão. Esses indicadores, entretanto, não são suficientes para compreender a natureza das experiências produzidas.

O impacto de uma ação extensionista não pode ser reduzido à quantidade de participantes ou ao número de atividades realizadas. Esses elementos ajudam a mensurar alcance, mas pouco dizem, isoladamente, sobre processos de inclusão, aprendizagens, mudanças de percepção, fortalecimento de vínculos ou efeitos sobre a vida comunitária. Por essa razão, torna-se necessário examinar também os significados atribuídos às experiências pelos sujeitos responsáveis por sua execução.

A análise desenvolvida nesta obra tomou como base os relatos registrados pelos coordenadores nos relatórios finais das ações de Fluxo Contínuo e do PIBCEL. Dos 130 projetos e

demais iniciativas que integraram o levantamento quantitativo, 103 apresentaram conteúdo discursivo passível de análise no campo destinado ao impacto social.

O tratamento desses registros combinou aproximação lexical e leitura qualitativa. A análise permitiu reconhecer recorrências e organizar os sentidos presentes nos relatos em dimensões que ajudam a compreender de que maneira cultura, esporte e lazer se relacionaram com inclusão, formação, identidade, saúde, convivência e circulação do conhecimento.

As categorias apresentadas a seguir não foram previamente impostas aos documentos. Elas resultaram dos padrões identificados no conjunto de registros e representam uma forma de sistematizar experiências diversas sem apagar as particularidades de cada iniciativa.

Essa leitura também requer cautela. Os impactos aqui discutidos correspondem às percepções registradas pelos coordenadores das ações e não a avaliações externas de causalidade. Ainda assim, o volume de relatos e a recorrência de determinados sentidos oferecem elementos relevantes para compreender como os efeitos sociais da extensão foram percebidos no interior dos projetos analisados.

7.1 Inclusão social e democratização do acesso

A inclusão social aparece de forma recorrente nos relatos analisados. Diversas ações alcançaram públicos que enfrentavam restrições econômicas, territoriais, culturais ou institucionais para participar de atividades artísticas, esportivas, educativas e recreativas.

Entre os grupos mencionados encontram-se crianças e adolescentes, pessoas de baixa renda, idosos, estudantes de

escolas públicas, moradores de áreas periféricas, comunidades tradicionais e outros segmentos historicamente sujeitos a condições desiguais de acesso.

A gratuidade foi um dos elementos associados a essa ampliação da participação. Em determinadas situações, o fato de a universidade oferecer atividades sem cobrança permitiu que pessoas que dificilmente teriam acesso a práticas culturais ou esportivas em outros espaços pudessem participar das iniciativas.

Esse aspecto aparece, por exemplo, em relato de uma ação que buscou oferecer treinamentos à população de menor renda de Campo Grande. Em outros projetos, crianças e adolescentes tiveram contato pela primeira vez com determinadas linguagens artísticas, demonstrando que a extensão pode funcionar como porta de entrada para experiências culturais até então ausentes de suas trajetórias.

A democratização do acesso assume importância especial quando se considera que cultura, esporte e lazer são oportunidades distribuídas de forma desigual nos territórios. A existência de equipamentos ou manifestações culturais em determinada cidade não significa que toda a população consiga usufruí-los. Custos, localização, transporte, informação e barreiras simbólicas interferem diretamente na participação.

Nesse cenário, a presença universitária pode contribuir para aproximar atividades e públicos. Ao desenvolver projetos em escolas, bairros, espaços comunitários ou ambientes públicos, a extensão ultrapassa os limites físicos da instituição e encontra pessoas que, em muitos casos, mantêm pouco contato com a universidade.

Os relatos mostram também ações voltadas às culturas e aos conhecimentos de povos originários, bem como

iniciativas realizadas em bairros periféricos. Tais experiências ampliam a compreensão de inclusão, que não se limita ao acesso físico à atividade, mas envolve reconhecimento de identidades, saberes e formas distintas de participação social.

Outro elemento presente nos registros é o sentimento de pertencimento. Em uma das ações, o coordenador descreveu intensa interação entre comunidade interna e externa, associada a sentimentos de amizade, união e pertencimento.

Esse resultado é significativo porque aproxima inclusão de vínculo social. Participar de uma atividade cultural, esportiva ou recreativa pode criar oportunidades de encontro entre pessoas que normalmente não compartilham os mesmos espaços, estimulando relações que ultrapassam o próprio evento ou projeto.

A democratização do acesso observada nos relatos deve ser compreendida, portanto, como processo que envolve oportunidade de participação, reconhecimento e convivência. Ao alcançar públicos diversos, as ações extensionistas ampliaram a presença social da Universidade e criaram espaços nos quais cultura, esporte e lazer puderam atuar como meios de aproximação entre instituição e comunidade.

7.2 Formação cidadã e desenvolvimento humano

A segunda dimensão identificada nos relatos está relacionada à formação cidadã e ao desenvolvimento humano. Diversas atividades foram descritas pelos coordenadores como experiências capazes de estimular reflexão, ampliar conhecimentos e modificar percepções sobre questões sociais, culturais e políticas.

Essa característica aparece com particular intensidade em ações que envolveram debates, cinema, rodas de conversa, oficinas educativas e atividades culturais. Os participantes tiveram contato com temas contemporâneos e foram incentivados a analisar questões presentes em seu cotidiano.

Um dos registros menciona que filmes e discussões abordaram assuntos de interesse da sociedade e produziram conteúdos gratuitos posteriormente disponibilizados na internet. Outro relato associa o conhecimento sobre as diferentes etnias formadoras de Mato Grosso do Sul à ampliação da tolerância e do respeito.

Essas experiências mostram que a formação cidadã pode ocorrer em ambientes muito distintos daqueles tradicionalmente associados à sala de aula. Uma apresentação artística, um filme, uma oficina ou uma atividade comunitária podem criar oportunidades para discutir direitos, diversidade, convivência e responsabilidades coletivas.

Em outro projeto, participantes tiveram contato com informações básicas sobre a Constituição Federal e descobriram formas de acessar gratuitamente a legislação por meios digitais. O exemplo é simples, mas evidencia como uma ação extensionista pode aproximar conhecimentos institucionais de pessoas que anteriormente possuíam pouco contato com esses conteúdos.

A dimensão formativa alcançou também os próprios estudantes universitários. Participar da organização e execução das ações colocou acadêmicos em contato com públicos distintos e permitiu articular conhecimentos construídos durante a graduação a situações concretas.

Em uma atividade envolvendo pesquisas em dança e teatro, o relato destaca a circulação de conhecimentos e a troca

de experiências entre discentes universitários, estudantes e profissionais da educação básica. Em outro caso, foram registrados sentimentos de coletividade e pertencimento entre acadêmicos participantes.

A formação proporcionada pela extensão possui, portanto, uma dupla dimensão. De um lado, alcança os públicos externos por meio do compartilhamento de conhecimentos e da criação de espaços de reflexão. De outro, interfere na trajetória dos próprios universitários, que passam a vivenciar situações sociais dificilmente reproduzíveis apenas por atividades realizadas dentro da instituição.

Essa experiência dialoga com a concepção de desenvolvimento humano adotada nesta obra. O desenvolvimento envolve a ampliação de oportunidades, capacidades de participação e possibilidades de compreender e agir sobre a própria realidade, sem se reduzir à expansão de indicadores econômicos.

Sob essa perspectiva, ações que favorecem conhecimento, reflexão crítica, autonomia e participação podem produzir efeitos relevantes mesmo quando não geram resultados econômicos imediatamente mensuráveis. Seu valor está associado à ampliação das possibilidades de atuação dos sujeitos em seus diferentes contextos sociais.

7.3 Valorização da cultura regional e identidade social

A cultura aparece como eixo predominante das ações analisadas quantitativamente e também ocupa posição de destaque nos relatos de impacto. Projetos relacionados às manifestações artísticas, memórias, tradições e identidades locais foram frequentemente associados à valorização cultural e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento.

As experiências registradas incluem promoção de manifestações regionais, circulação de produções artísticas, reconhecimento de produtores culturais e atividades voltadas à compreensão da diversidade existente em Mato Grosso do Sul.

A valorização cultural assume importância porque os territórios são constituídos também pelos significados atribuídos às suas histórias, práticas e expressões. Música, dança, teatro, festivais, artes visuais e manifestações tradicionais são formas por meio das quais grupos sociais registram experiências e constroem referências sobre si mesmos.

Quando a universidade cria espaços para essas expressões, pode contribuir para ampliar sua visibilidade e circulação. Os projetos analisados mostram que a extensão cultural não se restringiu à apresentação de produtos artísticos prontos. Em diferentes situações, envolveu formação, produção, debate e organização coletiva.

Um dos relatos registra, por exemplo, contribuição para a formalização de grupos de teatro, ampliando suas possibilidades de participação em editais e circulação de espetáculos. Esse tipo de resultado revela que a extensão pode produzir efeitos que permanecem após o encerramento imediato da atividade.

A democratização da arte também aparece como tema relevante. Um projeto destacou a busca por ampliar o acesso e enfrentar a percepção de que determinadas expressões artísticas seriam distantes ou inacessíveis às populações periféricas.

Nesse caso, valorização cultural e inclusão se encontram. Democratizar a cultura significa ampliar oportunidades para consumir, produzir, interpretar e participar das manifestações artísticas. Não se trata somente de levar uma produção cultural

até determinado público, mas de criar condições para que diferentes grupos possam reconhecer-se como participantes legítimos da vida cultural.

A relação entre cultura e desenvolvimento regional torna-se visível justamente nessa capacidade de reforçar vínculos entre pessoas e lugares. Quando expressões regionais são reconhecidas e valorizadas, ampliam-se as possibilidades de preservação de memórias, construção de identidades e participação dos grupos na definição dos significados atribuídos aos seus territórios.

A experiência observada na UEMS mostra que a extensão cultural pode funcionar como espaço de encontro entre universidade, artistas, escolas, coletivos e comunidades. Essas articulações contribuem para ampliar a circulação das produções e aproximar diferentes públicos dos processos culturais existentes no estado.

7.4 Saúde, bem-estar e qualidade de vida

Os relatos analisados também apresentam efeitos relacionados à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida. Essa dimensão surgiu principalmente em atividades físicas, práticas corporais, ações de esporte e lazer e projetos voltados a públicos específicos, embora também apareça associada à música, ao teatro e a outras experiências culturais.

Os coordenadores mencionaram mudanças de hábitos, estímulo à prática física, convivência, redução do isolamento e benefícios emocionais. Tais resultados reforçam a ideia de que bem-estar possui dimensões físicas e sociais e depende das oportunidades de participação e interação disponíveis aos sujeitos.

Os idosos aparecem com frequência nesse conjunto. Em um dos relatos, a atividade foi associada à melhora da qualidade de vida dos participantes. Ações dessa natureza podem contribuir para criar rotinas de convivência, movimento e contato social, aspectos especialmente importantes para grupos sujeitos a situações de isolamento.

A pandemia tornou essa discussão ainda mais evidente. Durante o distanciamento social, algumas atividades passaram a desempenhar função relacionada à manutenção dos vínculos e ao suporte emocional. Um dos registros descreve aulas de música como forma de alívio durante o período de isolamento.

As práticas corporais também foram relacionadas à formação de vínculos. Um coordenador destacou que atividades realizadas em grupos ou equipes favoreciam interação e construção de relacionamentos, ajudando a enfrentar situações de isolamento.

Esses relatos mostram como esporte e lazer podem assumir função social que ultrapassa a atividade física propriamente dita. Uma aula, treinamento ou encontro recreativo constitui também ocasião de convivência, criação de rotinas e formação de redes de sociabilidade.

Da mesma maneira, práticas culturais podem produzir efeitos associados ao bem-estar. Música, teatro e outras linguagens oferecem espaços de expressão, criatividade e interação que podem adquirir relevância emocional para seus participantes.

Essa dimensão conecta-se à concepção ampliada de desenvolvimento adotada no livro. Qualidade de vida, saúde, relações sociais e oportunidades de convivência são componentes importantes das condições em que as pessoas constroem suas trajetórias.

As experiências analisadas sugerem que a universidade pode contribuir para esses processos quando abre seus conhecimentos, estruturas e projetos à participação social. Embora tais ações não substituam políticas públicas de saúde ou assistência, podem complementar redes existentes e criar ambientes favoráveis à promoção do bem-estar.

7.5 Educação, tecnologia e acesso ao conhecimento

A quinta dimensão reúne impactos associados à educação, às tecnologias digitais e à circulação do conhecimento. Ela ganhou maior visibilidade especialmente durante e após a pandemia, quando várias ações passaram a utilizar plataformas virtuais, vídeos, redes sociais e outros meios digitais para manter contato com seus públicos.

As tecnologias foram inicialmente incorporadas como resposta às limitações impostas às atividades presenciais, mas posteriormente revelaram novas possibilidades de alcance. Conteúdos produzidos para determinados projetos passaram a permanecer disponíveis e puderam atingir pessoas que não estavam vinculadas diretamente às unidades em que as iniciativas foram desenvolvidas.

Os relatos destacam o uso de ferramentas digitais para divulgação de informações, produção audiovisual e orientação do público sobre temas científicos e sociais. Um projeto buscou ensinar formas de identificar informações confiáveis relacionadas à pandemia e a questões políticas.

Outro registro apontou que vídeos disponibilizados ao público permitiram tornar compreensíveis conteúdos que poderiam permanecer restritos ao ambiente acadêmico. Essa observação sintetiza uma das funções mais relevantes da extensão: criar caminhos para que conhecimentos

produzidos ou sistematizados na universidade circulem para além de seus espaços tradicionais.

No PIBCEL, o crescimento expressivo do público em 2023 esteve associado, em parte, à utilização dessas estratégias. Projetos que produziram conteúdos para plataformas como YouTube e redes sociais alcançaram públicos maiores do que aqueles que poderiam participar presencialmente.

A ampliação do alcance, contudo, não deve levar à conclusão de que a mediação tecnológica seja suficiente para garantir democratização. O acesso à internet, aos equipamentos e às competências digitais permanece desigual. Por isso, formatos virtuais e presenciais devem ser compreendidos como possibilidades complementares, escolhidas conforme os objetivos das ações e as características dos públicos.

As experiências do período demonstram que a extensão incorporou novas formas de presença territorial. Uma universidade multicampi possui limites geográficos concretos, mas os recursos digitais permitem ampliar determinados conteúdos para além desses pontos físicos.

Essa transformação redefine parcialmente a ideia de alcance extensionista. O território deixa de ser compreendido apenas como espaço de proximidade física e passa a incluir redes de circulação de informação e conhecimento. Entretanto, o caráter dialógico da extensão continua dependendo da existência de interação, escuta e participação.

A tecnologia produz maior contribuição quando é utilizada como meio para aproximar pessoas e conhecimentos, e não simplesmente como instrumento de divulgação institucional. Os relatos analisados indicam experiências nas quais ela cumpriu essa função, seja para manter vínculos

durante a pandemia, seja para disponibilizar materiais educativos e culturais de forma mais ampla.

Síntese do capítulo

A análise dos 103 relatos evidencia que os impactos atribuídos às ações de cultura, esporte e lazer se distribuem por diferentes dimensões e frequentemente se sobrepõem. Um mesmo projeto pode ampliar o acesso à cultura, estimular reflexão, favorecer convivência e produzir aprendizagens simultaneamente.

Essa característica reforça a natureza multidimensional da extensão universitária. Seus resultados dificilmente podem ser compreendidos por um único indicador, porque envolvem experiências sociais, educativas, culturais e subjetivas que assumem significados distintos conforme os públicos e os territórios.

Os registros analisados apontam para cinco movimentos principais: ampliação do acesso; formação cidadã e desenvolvimento humano; valorização cultural e identitária; promoção do bem-estar; e circulação do conhecimento. Em conjunto, essas dimensões oferecem evidências para compreender a contribuição das ações extensionistas à luz da perspectiva de desenvolvimento regional adotada nesta obra.

Os achados também confirmam a importância da interação entre universidade e sociedade. Ao alcançar escolas, bairros, grupos culturais, idosos, crianças, comunidades tradicionais e diferentes segmentos da população, os projetos estabeleceram relações que ultrapassaram a rotina acadêmica e colocaram a Universidade em contato direto com distintas realidades sociais.

Contudo, reconhecer esses efeitos não significa ignorar as limitações enfrentadas durante sua execução. Os mesmos relatórios que descrevem inclusão, formação, saúde e valorização cultural registram dificuldades relacionadas a financiamento, infraestrutura, logística, participação e continuidade das ações.

Essas dificuldades são fundamentais para compreender os limites da política extensionista e evitar uma leitura idealizada dos resultados. É justamente a análise desses entraves, acompanhada das perspectivas de aprimoramento institucional, que orienta o próximo capítulo: Desafios e Perspectivas para a Extensão Universitária.

CAPÍTULO 8

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A análise das ações de cultura, esporte e lazer desenvolvidas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre 2017 e 2023 revelou um conjunto significativo de resultados relacionados à inclusão, à formação, à valorização cultural, ao bem-estar e à circulação do conhecimento. A leitura desses resultados, entretanto, torna-se incompleta quando desconsidera as condições concretas em que os projetos foram realizados.

Os relatórios finais demonstram que a execução das atividades esteve sujeita a limitações institucionais, financeiras, estruturais e operacionais. Tais dificuldades não constituem aspectos periféricos da experiência extensionista. Elas interferem na abrangência dos projetos, condicionam sua continuidade e, em determinadas situações, limitam as possibilidades de participação dos públicos aos quais as ações se destinam.

Observar esses entraves é importante para evitar uma interpretação idealizada da extensão universitária. Projetos podem apresentar elevada relevância social e, simultaneamente, enfrentar dificuldades para garantir transporte, materiais, espaços adequados, equipamentos ou participação continuada. Reconhecer essa tensão permite

compreender a extensão como prática que depende tanto da disposição dos sujeitos envolvidos quanto das condições institucionais disponíveis para sustentá-la.

Os desafios identificados durante o período analisado também oferecem elementos para pensar o futuro. Ao indicar fragilidades recorrentes, os próprios registros das ações ajudam a revelar pontos nos quais políticas, estruturas e procedimentos podem ser aprimorados. Nesse sentido, analisar dificuldades significa também identificar possibilidades de fortalecimento da atuação extensionista.

8.1 Limitações institucionais e financeiras

A disponibilidade de recursos constitui um dos fatores mais recorrentes entre as dificuldades registradas pelos coordenadores. Os relatos mencionam despesas relacionadas a transporte, alimentação, materiais, equipamentos, realização de eventos e participação de colaboradores externos, evidenciando que muitas atividades exigem condições financeiras que nem sempre estão disponíveis.

Em algumas situações, iniciativas foram executadas com financiamento próprio ou apoio limitado. Esse tipo de solução demonstra comprometimento das equipes, mas também revela uma fragilidade institucional: projetos de interesse público não deveriam depender de forma recorrente da capacidade individual dos responsáveis para absorver os custos de execução.

A extensão universitária envolve atividades que frequentemente acontecem fora das estruturas acadêmicas convencionais. Deslocamentos para escolas, comunidades, equipamentos culturais ou espaços esportivos geram necessidades específicas que diferem das atividades

realizadas regularmente em sala de aula. Planejar uma política extensionista implica, portanto, considerar essas particularidades na distribuição dos recursos.

A ausência ou insuficiência de financiamento pode afetar diferentes etapas dos projetos. Uma atividade inicialmente concebida para alcançar determinado público pode precisar ser reduzida; deslocamentos podem ser inviabilizados; materiais previstos podem ser substituídos; convidados ou colaboradores podem deixar de participar. O resultado é uma distância entre a proposta planejada e aquilo que efetivamente consegue ser executado.

O fortalecimento institucional da extensão passa pela criação de condições mais previsíveis de apoio. Isso não significa que todas as ações necessitem da mesma quantidade de recursos, mas que os mecanismos de fomento precisam considerar as características dos projetos e as demandas associadas às diferentes áreas de atuação.

Cultura, esporte e lazer apresentam necessidades próprias. Apresentações artísticas podem demandar equipamentos de som, iluminação, espaços e materiais cênicos; práticas esportivas exigem instalações, equipamentos e deslocamentos; atividades culturais e recreativas realizadas junto às comunidades dependem, muitas vezes, de transporte e infraestrutura adequada.

A ampliação dos investimentos pode contribuir para reduzir a dependência de soluções improvisadas e permitir maior continuidade às propostas. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de recursos precisa estar acompanhada de planejamento, critérios transparentes e acompanhamento das ações, garantindo que o apoio institucional esteja relacionado aos objetivos e aos públicos que se pretende alcançar.

Outro aspecto diz respeito à valorização da extensão no interior da própria Universidade. Quanto mais essa dimensão é reconhecida como parte integrante da missão institucional, maiores são as possibilidades de incorporá-la aos processos de planejamento e decisão. O reconhecimento acadêmico precisa encontrar correspondência nas condições concretas oferecidas para a execução das atividades.

8.2 Desafios operacionais, participação e adaptação

As condições de infraestrutura e logística aparecem como outro conjunto importante de dificuldades. Equipamentos inadequados, espaços pouco apropriados e problemas técnicos foram registrados em diferentes experiências, mostrando que a qualidade de uma ação extensionista depende também das condições materiais disponíveis.

Em atividades culturais, por exemplo, problemas de palco, som ou organização podem comprometer apresentações e afetar a experiência do público. No esporte, a disponibilidade e as condições dos espaços interferem diretamente na realização das práticas. Projetos que dependem de deslocamentos enfrentam ainda questões relacionadas a transporte, horários e organização das equipes.

Tais elementos podem parecer essencialmente operacionais, porém possuem implicações sobre os resultados. Uma ação concebida para favorecer participação, formação e convivência encontra limites quando os sujeitos não conseguem chegar ao local, quando a estrutura não comporta adequadamente a atividade ou quando a disponibilidade dos equipamentos impede sua execução conforme o planejado.

Outro desafio presente nos relatos refere-se à permanência do público. Alguns projetos iniciaram suas

atividades com quantidade significativa de participantes, mas registraram redução ao longo do período. Incompatibilidade de horários, compromissos acadêmicos, rotina profissional e outras responsabilidades podem interferir na continuidade.

Esse fenômeno reforça a necessidade de conhecer as características do público antes e durante a execução. Horários, frequência, duração e localização das atividades precisam ser pensados em relação às condições reais de participação. O planejamento extensionista ganha qualidade quando incorpora mecanismos de escuta que permitam ajustes durante o desenvolvimento dos projetos.

A pandemia de Covid-19 tornou essa necessidade de adaptação ainda mais evidente. Atividades concebidas para encontros presenciais precisaram migrar, em curto espaço de tempo, para ambientes virtuais. A mudança provocou dificuldades técnicas e pedagógicas, além de situações de exaustão, evasão e limitações de acesso às tecnologias.

Ao mesmo tempo, essa experiência produziu aprendizagens que permaneceram nos anos posteriores. A incorporação de vídeos, redes sociais e plataformas digitais mostrou que algumas atividades podiam alcançar públicos geograficamente distantes e continuar disponíveis após o término dos encontros.

A experiência do período sugere que flexibilidade metodológica e capacidade de adaptação constituem atributos importantes da extensão. Isso não significa substituir indiscriminadamente atividades presenciais por formatos digitais, mas reconhecer que diferentes meios podem ser utilizados conforme os objetivos, os públicos e as condições de realização.

O aprendizado produzido durante a pandemia indica, assim, uma perspectiva de complementaridade. Atividades presenciais preservam dimensões fundamentais de convivência, experimentação e interação direta, enquanto recursos digitais podem ampliar divulgação, acesso a conteúdos e comunicação com públicos mais distantes.

8.3 Sustentabilidade e avaliação das ações extensionistas

Um dos desafios mais relevantes para a consolidação da extensão universitária está relacionado à continuidade. A realização de uma atividade bem-sucedida em determinado período não assegura que ela poderá ser mantida ou reproduzida nos anos seguintes.

A sustentabilidade, nesse caso, deve ser entendida principalmente como capacidade institucional de dar continuidade a iniciativas relevantes, preservar conhecimentos acumulados e evitar que experiências dependam exclusivamente da permanência de uma única pessoa ou equipe.

Projetos vinculados a editais periódicos podem sofrer interrupções quando os recursos se modificam, quando há mudanças nas equipes ou quando as condições institucionais deixam de permitir sua realização. Por isso, programas permanentes, mecanismos de registro e políticas de acompanhamento desempenham papel importante na preservação das experiências desenvolvidas.

O próprio conjunto documental analisado nesta obra demonstra o valor do registro. Os relatórios finais permitiram reconstruir a trajetória das ações, identificar públicos, observar dificuldades e reconhecer impactos percebidos

pelos coordenadores. Sem essa documentação, parte significativa da experiência institucional permaneceria dispersa ou restrita à memória dos participantes.

Ao mesmo tempo, os relatórios apresentam diferentes níveis de detalhamento. Essa característica constitui uma das limitações identificadas na pesquisa, pois nem todos os registros oferecem a mesma profundidade na descrição dos resultados.

O aprimoramento dos instrumentos de avaliação pode favorecer análises mais consistentes. Perguntas claras, critérios comuns e orientações sobre o tipo de informação a ser registrada podem produzir dados mais comparáveis e úteis para o planejamento institucional.

A avaliação também pode avançar além da perspectiva dos coordenadores. Os resultados deste estudo foram construídos a partir dos registros institucionais existentes, o que significa que a percepção dos públicos atendidos não foi diretamente investigada. A própria pesquisa aponta como possibilidade futura o desenvolvimento de estudos que incorporem a visão dos participantes das ações.

Essa ampliação seria particularmente relevante porque permitiria confrontar perspectivas. Aquilo que o coordenador identifica como principal resultado pode ser percebido de outra maneira pelos participantes. Conhecer essas diferentes leituras pode contribuir para ajustar metodologias, compreender necessidades e avaliar com maior precisão a relevância social das iniciativas.

Avaliar a extensão não significa transformar experiências complexas em simples números. Indicadores quantitativos são necessários para conhecer alcance, frequência e distribuição,

enquanto informações qualitativas ajudam a interpretar sentidos, mudanças percebidas e relações estabelecidas.

A combinação dessas dimensões oferece melhores condições para decisões institucionais. Ao conhecer quais projetos alcançam determinados públicos, quais dificuldades se repetem e que resultados são relatados com maior frequência, a Universidade pode orientar recursos e políticas com maior fundamento.

8.4 Perspectivas para cultura, esporte e lazer na UEMS

A experiência analisada entre 2017 e 2023 revela uma base institucional capaz de sustentar a ampliação das ações de cultura, esporte e lazer. Fluxo Contínuo e PIBCEL demonstraram que essas áreas podem mobilizar estudantes, servidores e comunidades, alcançando diferentes segmentos sociais e regiões do estado.

Uma primeira perspectiva está relacionada à ampliação territorial. Embora a estrutura multicampi da UEMS ofereça presença em diferentes localidades, a distribuição das ações permaneceu concentrada em determinadas unidades. O crescimento observado em municípios que ingressaram posteriormente nos programas indica que há espaço para ampliar essa capilaridade.

Para que isso ocorra, a expansão não deve ser pensada apenas em termos quantitativos. A diversidade territorial de Mato Grosso do Sul requer que os projetos considerem características sociais, culturais e econômicas das regiões onde serão desenvolvidos. Uma política verdadeiramente territorializada reconhece que diferentes localidades podem demandar formatos, linguagens e estratégias distintas.

A integração entre unidades constitui outra possibilidade de fortalecimento. Projetos desenvolvidos em uma região podem produzir conhecimentos e metodologias úteis a outras unidades, desde que existam mecanismos de circulação dessas experiências. Redes internas de cooperação podem favorecer intercâmbio entre equipes e reduzir a fragmentação das iniciativas.

A formação dos sujeitos envolvidos representa igualmente uma frente importante. Docentes, técnicos e estudantes podem se beneficiar de espaços de troca sobre elaboração, execução, avaliação e registro das ações. Quanto maior a compreensão sobre os fundamentos da extensão e suas metodologias, maiores são as possibilidades de construir projetos coerentes com a interação dialógica discutida ao longo desta obra.

Outra perspectiva reside na consolidação das estratégias digitais desenvolvidas durante o período estudado. O crescimento do alcance observado em algumas experiências indica que tecnologias podem ampliar a circulação de conteúdos culturais, educativos e esportivos. Seu uso futuro, contudo, deve permanecer associado aos objetivos das ações e às condições de acesso dos públicos.

A articulação com escolas, órgãos públicos, organizações culturais, entidades esportivas e grupos comunitários também pode ampliar a capacidade de intervenção da Universidade. Parcerias fortalecem redes territoriais e permitem compartilhar recursos, conhecimentos e responsabilidades.

Cultura, esporte e lazer possuem particular potencial para essas aproximações porque alcançam públicos diversos e criam espaços de interação menos formalizados. Uma atividade artística, um festival, uma prática esportiva ou uma

ação de lazer pode representar o primeiro contato de determinada pessoa ou comunidade com a Universidade.

Esse encontro inicial pode gerar relações mais amplas. A partir de uma atividade cultural ou esportiva, sujeitos podem conhecer outras ações acadêmicas, participar de novos projetos ou identificar a universidade pública como instituição próxima de sua realidade.

A perspectiva de fortalecimento das ações nessas áreas passa, portanto, pela combinação entre recursos, planejamento, continuidade, avaliação, territorialização e cooperação. Nenhum desses elementos isoladamente garante os resultados, mas sua articulação cria condições mais favoráveis para que as iniciativas alcancem seus objetivos.

Os achados desta obra indicam ainda que cultura, esporte e lazer podem continuar ocupando posição relevante na aproximação entre UEMS e sociedade. As experiências desenvolvidas demonstraram capacidade de alcançar diferentes públicos, valorizar manifestações regionais, criar oportunidades de participação e favorecer processos de formação e convivência.

Ao mesmo tempo, os desafios registrados mostram que esse potencial depende de políticas institucionais capazes de assegurar suporte às equipes e continuidade às ações. O fortalecimento da extensão exige, portanto, reconhecer que impactos sociais relevantes são construídos por meio de processos que demandam tempo, recursos, avaliação e interação permanente com os territórios.

Síntese do capítulo

Os desafios encontrados durante a execução das ações de cultura, esporte e lazer revelam que a extensão universitária é marcada por uma relação permanente entre potencialidades e limites. Os resultados positivos coexistem com dificuldades financeiras, estruturais, logísticas e de participação, demonstrando que a qualidade das iniciativas depende das condições em que são desenvolvidas.

A análise dessas dificuldades oferece subsídios ao aprimoramento institucional. Maior previsibilidade de recursos, infraestrutura adequada, integração entre unidades, formação das equipes, avaliação sistemática e mecanismos de continuidade aparecem como caminhos coerentes com os problemas identificados no período estudado.

As perspectivas futuras também passam pela ampliação da escuta dos públicos atendidos. Incorporar suas percepções às avaliações pode aprofundar o conhecimento sobre os resultados e aproximar ainda mais os projetos das demandas dos territórios.

Ao reunir os avanços e os obstáculos observados entre 2017 e 2023, torna-se possível compreender a experiência da UEMS de maneira mais equilibrada. A extensão em cultura, esporte e lazer apresentou resultados relevantes, mas sua consolidação depende da capacidade institucional de transformar aprendizados acumulados em políticas cada vez mais estruturadas.

Esse percurso conduz às considerações finais da obra, nas quais os fundamentos teóricos, a trajetória institucional e os resultados empíricos serão retomados de forma integrada para responder à questão central que orientou a análise: de que maneira as ações extensionistas em cultura, esporte e lazer podem contribuir para o desenvolvimento regional?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul analisada nesta obra permite compreender a extensão universitária como uma dimensão capaz de aproximar conhecimento acadêmico, formação e realidade social. Ao longo dos capítulos, desenvolvimento regional, atuação universitária, extensão, cultura, esporte e lazer foram tratados como elementos relacionados entre si e inseridos em contextos territoriais específicos.

Essa perspectiva parte de uma compreensão de desenvolvimento que ultrapassa os indicadores econômicos. As condições de vida de uma população também são influenciadas pelas oportunidades de acesso à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à participação social e aos espaços de convivência. É nesse sentido que as atividades extensionistas examinadas adquirem relevância para a discussão regional.

A presença da UEMS em diferentes municípios de Mato Grosso do Sul oferece condições particulares para essa atuação. Sua estrutura multicampi aproxima a Universidade de realidades distintas e permite que ensino, pesquisa e extensão estabeleçam relações com demandas sociais, culturais e institucionais existentes em várias regiões do estado. Essa capilaridade, entretanto, representa simultaneamente uma potencialidade e um desafio, pois sua transformação em presença extensionista efetiva depende de recursos, equipes, políticas de incentivo e condições de execução.

Entre 2017 e 2023, foram analisadas 130 ações concluídas nas áreas de cultura, esporte e lazer: 51 vinculadas ao Fluxo Contínuo e 79 ao Programa Institucional de Bolsas de Cultura, Esporte e Lazer. Em conjunto, os registros indicam público estimado de 48.872 participantes. Os números evidenciam uma atuação institucional significativa, embora distribuída de maneira desigual entre as Unidades Universitárias.

Dourados e Campo Grande concentraram parcela expressiva das propostas. Essa concentração esteve relacionada a características institucionais, à presença de projetos coordenados por servidores dessas unidades e, especialmente em Campo Grande, à existência de cursos associados às linguagens artísticas. Ao longo do período, contudo, outras localidades passaram a integrar a política, revelando possibilidades de ampliação territorial.

A cultura manteve-se como eixo predominante. Música, teatro, cinema, dança, patrimônio, artes visuais e outras manifestações constituíram parte importante da experiência extensionista analisada. As ações de esporte e lazer apresentaram presença menor em termos quantitativos, mas assumiram relevância em iniciativas relacionadas à atividade física, convivência, saúde, participação e qualidade de vida.

A trajetória observada também foi profundamente atravessada pela pandemia de Covid-19. As restrições às atividades presenciais interromperam rotinas e exigiram reformulação de projetos, mas produziram aprendizagens que permaneceram posteriormente. Plataformas virtuais, vídeos e redes sociais tornaram-se instrumentos utilizados para manter vínculos com os públicos e, em determinados casos, ampliar o alcance das atividades para além dos limites físicos das Unidades Universitárias.

Os dados quantitativos ajudam a dimensionar essa experiência, porém não são suficientes para explicar seus significados. A leitura dos 103 relatos de impacto social disponíveis nos relatórios finais permitiu identificar efeitos percebidos pelos coordenadores em diferentes dimensões. Inclusão social e democratização do acesso, formação cidadã, valorização cultural, promoção do bem-estar e circulação do conhecimento apareceram de forma recorrente nos registros analisados.

Esses resultados não devem ser interpretados como prova de relações causais produzidas exclusivamente pelos projetos. Eles representam percepções registradas pelos responsáveis pelas ações e precisam ser compreendidos dentro dos limites da base documental utilizada. Ainda assim, a recorrência de determinados sentidos em experiências distintas oferece elementos consistentes para reconhecer o potencial social da extensão em cultura, esporte e lazer.

Um dos aspectos mais significativos está na criação de oportunidades de participação. Crianças, jovens, idosos, estudantes da educação básica, populações de menor renda, grupos culturais e comunidades situadas em diferentes contextos tiveram contato com atividades que, em várias situações, não faziam parte de suas experiências anteriores. Ao promover esse encontro, a extensão amplia a presença da universidade pública para além de seus espaços tradicionais.

A dimensão formativa aparece igualmente relevante. Para os estudantes universitários, participar das ações significa confrontar conhecimentos acadêmicos com situações concretas e estabelecer contato com públicos, necessidades e saberes diversos. Para as comunidades, os projetos podem criar oportunidades de acesso a conhecimentos, manifestações artísticas, práticas corporais e espaços de

diálogo. Essa relação reforça a extensão como processo de aprendizagem compartilhada.

A cultura revelou particular capacidade de estabelecer vínculos com os territórios. Projetos relacionados às manifestações regionais, à produção artística e às identidades locais contribuíram para criar espaços de expressão e circulação cultural. Esporte e lazer, por sua vez, ampliaram possibilidades de convivência, participação e promoção do bem-estar. Em conjunto, essas áreas mostraram-se capazes de funcionar como meios de aproximação entre Universidade e sociedade.

Os resultados positivos, entretanto, coexistiram com dificuldades importantes. Escassez de recursos financeiros, problemas de infraestrutura, limitações logísticas, redução da participação ao longo de determinadas atividades e efeitos da pandemia foram mencionados pelos coordenadores. Esses registros demonstram que o potencial da extensão depende das condições institucionais que sustentam sua execução.

Essa constatação é especialmente importante para o futuro das políticas extensionistas. Ampliar o número de projetos sem fortalecer mecanismos de apoio pode aumentar a quantidade de iniciativas sem assegurar sua continuidade ou qualidade. Recursos adequados, formação das equipes, avaliação, planejamento e integração entre Unidades Universitárias aparecem como condições relevantes para consolidar os avanços já alcançados.

Outro caminho de aprimoramento está na avaliação dos resultados. Esta obra foi construída principalmente a partir de documentos institucionais e dos relatos dos coordenadores. Investigações futuras que incorporem diretamente a percepção das comunidades participantes poderão ampliar a compreensão sobre os efeitos das ações e produzir uma leitura mais completa da relação entre Universidade e sociedade.

Também se mostra pertinente acompanhar os ciclos posteriores a 2023. A curricularização da extensão, as mudanças na estrutura administrativa da Universidade, a incorporação de novas tecnologias e a evolução das políticas institucionais tendem a produzir configurações distintas daquela observada no período estudado. Novas análises poderão revelar continuidades, transformações e desafios ainda não identificados.

O percurso realizado nesta obra permite, portanto, reconhecer cultura, esporte e lazer como campos relevantes da extensão universitária e como dimensões relacionadas a uma concepção ampla de desenvolvimento regional. Sua contribuição não se limita aos resultados imediatamente mensuráveis das atividades. Ela se manifesta também nas relações construídas, nos conhecimentos compartilhados, nas oportunidades de participação e na valorização dos sujeitos e dos territórios.

A experiência da UEMS evidencia que a extensão universitária pode constituir importante instrumento de desenvolvimento quando se orienta pelo diálogo, pela participação e pelo reconhecimento das características locais. Sua força reside justamente na possibilidade de colocar a universidade em movimento: levando conhecimento para fora de seus espaços tradicionais e, simultaneamente, permitindo que experiências, demandas e saberes presentes na sociedade transformem a própria vida universitária.

Nesse processo, cultura, esporte e lazer deixam de ocupar posição acessória. Tornam-se possibilidades concretas de encontro, expressão, formação e participação. Ao reconhecer e fortalecer essas dimensões, a universidade pública reafirma seu compromisso com uma ideia de desenvolvimento centrada nas pessoas, nas comunidades e na construção coletiva de territórios socialmente mais inclusivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. D.; THOMES, C. R.; MIOTTO, M. H. M. B. Práticas de lazer e o envelhecimento saudável: mito ou realidade? *LICERE - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2024. DOI: 10.35699/2447-6218.2024.54913. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/54913>. Acesso em: 4 fev. 2025.

AGUIAR, M. R. V. D.; KOCOUREK, S.; OLIVEIRA, J. L. D.; RODRIGUES, A. C. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/S9R43nKKZFQWdLZ5zmFJg7P/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ALMEIDA, L. S.; PIÁ, A. Extensão universitária e cultura de rua. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/34275>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BARRA, A. O.; VITORINO, M. R. Evolução dos estudos em avaliação de políticas públicas para o esporte. *Brazilian Journal of Health Review*, São José dos Pinhais, v. 5, n. 2, p. 7327-7331, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n2-292. Disponível em:

<https://doi.org/10.34119/bjhrv5n2-292>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BELARMINO, O. M. *A dinâmica do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul-mato-grossense: uma discussão a partir dos indicadores socioeconômicos*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BERTOLLO, K. Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social. *Além dos Muros da Universidade*, v. 6, n. 1, p. 148-163, 2021. DOI: 10.70615/alemur.v6i1.4613. Disponível em: <https://doi.org/10.70615/alemur.v6i1.4613>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRAGA, V. V. *O papel da UEMS na interiorização do desenvolvimento no Mato Grosso do Sul*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2019. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CAETANO, J. E. B. *A música como indutora de desenvolvimento local*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2016. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 7 jan. 2025.

CÁRDENAS, R. N.; FREIRE, I. A.; PUMARIEGA, Y.; TORRES, C. D. Políticas públicas de esporte e lazer: da teoria aos programas e projetos de intervenção. *LICERE - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 292-328, 2022. DOI: 10.35699/2447-6218.2022.41714. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41714>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CARVALHO, H. R. G. *Plano de implantação de uma política de esporte para o executivo municipal*. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2024. Disponível em: <https://tede.unicentro.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005. DOI:

10.1590/S0102-88392005000100003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000100003>. Acesso em: 13 jan. 2025.

COSTA, L. C. *O ensino do esporte na educação física escolar: saberes e experiências que emergem em uma prática de ensino libertadora/emancipatória*. 2024. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. DOI: 10.1590/2175-623690670. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623690670>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DEFFACCI, F. A.; BRAGA, V. V. Análise comparada dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMS no período 2002-2018. *Profanações*, Mafra, v. 7, n. esp., p. 231-261, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/2618/1280>. Acesso em: 5 fev. 2025.

DESTRO, A. D. *A inclusão social de adolescentes através do esporte: o caso de um programa público de esporte na cidade de Curitiba*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24263/1/CT_COEFI_2019_2_31.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050>. Acesso em: 8 jan. 2025.

FINKEL, D.; ANDEL, R.; PEDERSEN, N. L. Gender differences in longitudinal trajectories of change in physical, social, and cognitive/sedentary leisure activities. *The Journals of Gerontology: Series B*, [S. l.], v. 73, n. 8, p. 1491-1500, 2016. DOI: 10.1093/geronb/gbw116. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geronb/gbw116>. Acesso em: 1 jan. 2025.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, maio 2012. (Coleção Extensão Universitária, v. 7). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/colacao-extensao-universitaria>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. [S. l.]: FORPROEX, 2013. (Coleção Extensão Universitária, v. 8). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/colacao-extensao-universitaria>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FRESQUETI, A. M.; MOREIRA, L. C. A.; FAZOLO, M. S. O. Curricularização da extensão universitária: ensaiar (e produzir) um curso de extensão na pandemia. *Revista e-Curriculum*, São

Paulo, v. 22, p. 1-28, 2024. DOI: 10.23925/1809-3876.2024v22e61458. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e61458>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FUINI, L.; BOVO, A.; DIAS, V. A experiência de curricularização da extensão no Instituto Federal de São Paulo: uma análise introdutória. *Revista Extensão & Cidadania*, Vitória da Conquista, v. 11, n. 19, p. 43-66, 2023. DOI: 10.22481/recuesb.v11i19.11848. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v11i19.11848>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GODOY, M. L. A. *A universidade como indutora de desenvolvimento regional/local: as ações extensionistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Ponta Porã*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 24 jan. 2025.

LIMA, E. F. *A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007*. 2012. 157 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54512>. Acesso em: 1 fev. 2025.

LOPES, P.; NIQUINI, C. M. Do barro à arte: experiências de diálogo entre a extensão universitária e a cultura popular. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 26, n. 1, 2021. DOI: 10.18316/recc.v26i1.7512. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/recc.v26i1.7512>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MACHADO, A. K. *Formação docente e extensão universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções*. 2019. 548 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/36801>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MADUREIRA, J. R. Arte e formação cultural: algumas considerações sobre o papel da extensão universitária. *Revista UFG*, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70520. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70520>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MOREIRA, A. R. C. F. *Influências das políticas e programas sociais de combate à pobreza no desempenho econômico e social dos municípios selecionados do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2000 a 2010*. 2012. 162 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências

Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/61927>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MUNARETTO, E. C. P. L.; SILVA, M. C.; ZAGO, M. R. R. S. Leitores críticos de imagens: arte, tecnologia e extensão universitária no ambiente escolar. *Art&Sensorium*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 34-50, jan./jun. 2022. DOI: 10.33871/23580437.2022.9.1.34-50. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23580437.2022.9.1.34-50>. Acesso em: 27 jan. 2025.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 19 abr. 2024.

OLIVEIRA, K. S. P.; REIS, N. S.; MEDEIROS, A. G. A.; CRUZ, M. M. S. A apropriação do lazer pelas mulheres participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no alto sertão produtivo da Bahia: o caso de Guanambi. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, e795, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-22-2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-22-2024>. Acesso em: 4 jan. 2025.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, Toledo, v. 25, n. 1, p. 203-219, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/2556>
1. Acesso em: 9 jan. 2025.

PARREIRA, F. R.; VALIM, J. P. PROESPORTE e a política de incentivo ao esporte na gestão estadual de Goiás: um estudo descritivo sobre os limites e as possibilidades existentes nas políticas públicas para o esporte goiano. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 7, n. 3, p. 115-130, 2019. DOI: 10.17564/2316-3801.2019v7n3p115-130. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2019v7n3p115-130>. Acesso em: 31 jan. 2025.

PINTO, F. A. D. C.; SOUZA, E. R. L. D. C. Comportamento das firmas em redes de produção. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Recife, v. 5, n. 1, jan./maio 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25548>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIBEIRO, R. M. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. *Revista Diálogos: Pesquisa em Extensão Universitária*, Brasília, v. 15, n. 1, jul. 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-EXTENS%C3%83O-UNIVERSIT%C3%81RIA-COMO-INDICATIVO-DE-SOCIAL-Ribeiro/22f97aba4b2fb579e24903d689f6581690d2b7b4>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RIBEIRO, R. M. C. As bases institucionais da política de extensão universitária: entendendo as propostas de universidades federais nos planos de desenvolvimento institucional. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 5, e019021, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v5i0.8652870. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652870>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROSSO, G. P.; DALLA CORTE, M. G. A extensão universitária no currículo de cursos de graduação e contextos emergentes. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 13, n. esp. 2, p. 365-388, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p365-388. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11301>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROZIN, L.; FORTE, L. T. Curricularização da extensão universitária em saúde: uma proposta com uso do diagnóstico comunitário. *Espaço para a Saúde*, v. 22, 2021. Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/774>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SANTANA, J. R. R. *O esporte no território de identidade sertão produtivo: um estudo da agenda das políticas públicas municipais*. 2024. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5099>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, L. I. P. *Economia, finanças solidárias e desenvolvimento local: a atuação do Banco Pirê em Dourados (2006-2016)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2017. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, W. G.; MARQUES, W. E. U.; PEDROSO, A. P. F.; GOMES, A. K. L. Religiosidade, lazer e periferia: práticas culturais formativas ou relações de poder? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 208-225, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7927378. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1325>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SIMIONATO, R.; MIRANDA, J. I. R.; VERNER, M. E. N.; TORRECILHAS, R. M. O Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte: instrumentos de políticas públicas dedicadas ao desporto no âmbito federal. *Revista Antinomias*, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/40>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O. Itinerário cultural 'Caminho para os Ervais' como proposta de desenvolvimento regional. *Revista Produção e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, e605, 2022. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/605/44>. Acesso em: 9 jan. 2025.

SOUZA, N. C. *A extensão universitária como promotora de desenvolvimento: análise da extensão na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2021. Disponível em: <https://www.uems.br/cursos/subpagina/pos-graduacao?0=desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-mestrado-ponta-pora&1=Banco-de-Teses-e-Dissertacoes>. Acesso em: 30 jan. 2024.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Campinas: Autores Associados, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236453>. Acesso em: 3 fev. 2025.

TOWNSEND, B. G.; CHEN, J. T. H.; WUTHRICH, V. M. Barriers and facilitators to social participation in older adults: a systematic literature review. *Clinical Gerontologist*, v. 44, n. 4, p. 359-380, 2021. DOI: 10.1080/07317115.2020.1863890. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07317115.2020.1863890>. Acesso em: 4 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Projeto Pedagógico Institucional 2021-2025*. Dourados: UEMS, 2021. Disponível em: <https://www.uems.br/pro-reitoria/proap/Divisao-de-Planejamento-e-Avaliacao-Institucional/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional>. Acesso em: 25 abr. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Resolução COUNI-UEMS nº 479, de 23 de junho de 2016*. Dourados: UEMS, 2016. Disponível em: https://portal.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2019-09-30_13-40-52.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Resolução CEPE-UEMS nº 1.786, de 24 de outubro de 2016*. Estabelece a Política de Cultura, Esporte e Lazer no âmbito da UEMS. Dourados: UEMS, 2016. Disponível em: <https://www.uems.br/legislacoes/detalhes/resolucao-cepe-1786>. Acesso em: 24 set. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.
Resolução CEPE-UEMS nº 1.787, de 24 de outubro de 2016.
Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de
Cultura, Esporte e Lazer (PIBCEL). Dourados: UEMS, 2016.
Disponível em:
<https://www.uems.br/legislacoes/detalhes/resolucao-cepe-1787>. Acesso em: 24 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL.
Resolução COUNI-UEMS nº 685, de 6 de junho de 2024.
Atualiza a estrutura administrativa da Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul. Dourados: UEMS, 2024. Disponível em:
<https://www.uems.br/legislacoes/detalhes/RESOLUCAO-COUNI-UEMS-N-685-06-06-2024>. Acesso em: 23 set. 2024.

VIEIRA, P. R. S. *Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB (2013-2019)*. 2023. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/49353>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ÍNDICE REMISSIVO

Abrangência dos projetos	100, 116
Acesso à educação	16, 23, 80, 127
Acesso ao conhecimento	14, 15, 30, 38, 48, 57, 129
Ações extensionistas	9, 13, 14, 15, 19, 23, 24, 54, 56, 62, 68, 71, 77, 84, 89, 91, 97, 103, 106, 107, 114, 119, 126, 137
Aprendizagem	25, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 52, 56, 58, 60, 62, 68, 75, 84, 103, 114, 120, 128, 130
Aprimoramento institucional	115, 126
Atores sociais	12, 17, 35, 38, 41, 42, 44, 46
Autonomia	30, 31, 70, 73, 108
Avaliação das ações extensionistas	15
Bem-estar	15, 17, 21, 28, 31, 69, 72, 73, 74, 75, 87, 102, 110, 111, 112, 114, 116, 129, 130
Capacidades humanas	12, 16, 25, 29, 30, 31, 38
Capilaridade	82, 99, 123, 127
Cidadania	20, 21, 26, 30, 37, 39, 51, 58, 64, 66, 77, 137
Circulação do conhecimento	17, 19, 36, 38, 45, 46, 47, 79, 80, 82, 102, 104, 107, 112, 114, 116, 129
Coesão social	22
Comunidade	10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 59, 60, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 79, 82, 84, 85, 101, 105, 106, 110, 114, 117, 118, 123, 125, 129, 130, 131
Comunidade acadêmica	10, 85, 101

Comunidades tradicionais	105, 114
Conhecimento acadêmico	9, 13, 19, 22, 25, 48, 51, 56, 64, 67, 76, 82, 83, 127, 129
Conhecimento científico	17, 18, 37, 39, 47, 55
Continuidade das ações	61, 92, 115
Cooperação	9, 15, 21, 32, 33, 35, 38, 44, 45, 46, 48, 69, 124, 125
Crescimento econômico	15, 16, 27, 28, 29, 33, 40
Cultura	9, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 34, 35, 41, 51, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 74, 75, 76, 77, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 138, 143, 144
Cultura regional	15, 108
Curricularização da extensão	15, 58, 131, 133, 136, 137, 141
Democratização do acesso	15, 23, 24, 66, 77, 102, 105, 106, 129
Democratização do conhecimento	19, 52, 57, 80, 81
Desenvolvimento comunitário	20
Desenvolvimento humano	13, 14, 15, 19, 20, 21, 24, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 48, 69, 106, 108, 114
Desenvolvimento regional	9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 49, 65, 68, 71, 75, 77, 102, 110, 114, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 142
Desenvolvimento territorial	22, 32, 51, 58, 64, 66
Desigualdades regionais	33, 79
Desigualdades sociais	16, 38
Desigualdades territoriais	12, 33
Direitos sociais	28, 74
Distribuição territorial	15, 81, 97, 103
Diversidade territorial	22, 84, 94, 123

Educação superior	20, 23, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 78, 79, 80, 134, 136, 140
Esporte	9, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 51, 58, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 114, 116, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Estrutura multicampi	15, 23, 80, 81, 90, 94, 97, 123, 127
Extensão universitária	9, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 48, 49, 50, 53, 56, 64, 67, 71, 76, 83, 95, 102, 103, 114, 115, 116, 117, 121, 126, 127, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142
Financiamento da extensão	61, 62, 115, 117, 118
Fluxo Contínuo	9, 15, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 103, 123, 128
Formação acadêmica	18, 19, 23, 36, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 79, 97
Formação cidadã	12, 15, 17, 22, 48, 57, 102, 106, 107, 114, 129
Formação de profissionais	18, 24, 37, 38
Formação humana	21, 36, 37
Fortalecimento institucional	118
Função social da universidade	22, 54, 64, 111
Identidade cultural	65
Identidade social	15, 72
Impactos da extensão	15, 103
Inclusão social	12, 15, 20, 21, 24, 25, 29, 31, 71, 80, 104, 129, 135
Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	50, 55
Infraestrutura	16, 28, 33, 61, 62, 70, 73, 75, 82, 99, 115, 118, 119, 126, 130
Inovação	15, 17, 21, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 63, 134

Instituições de ensino superior	12, 17, 18, 20, 22, 38, 40, 44, 46, 54, 62, 71
Integração entre unidades	124, 126, 130
Interação dialógica	19, 124
Interação universidade-sociedade	18, 24, 56, 64, 114, 130
Interiorização	15, 78, 79, 81, 84, 133
Lazer	9, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 64, 65, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 114, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 142, 143, 144
Liberdades	29, 30, 38, 141
Logística	115, 119, 126, 130
Memória	21, 66, 122
Missão institucional	119
Organizações sociais	17, 21, 31, 34, 46, 79
Pandemia de COVID-19	61, 63, 90, 93, 120, 128
Participação comunitária	70, 71, 76, 100
Participação social	16, 18, 19, 22, 23, 25, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 48, 53, 58, 63, 97, 106, 112, 127
Patrimônio cultural	35
PIBCEL	9, 15, 85, 86, 87, 90, 91, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 113, 123, 144
Planejamento institucional	10, 99, 122
Políticas de extensão	10, 11, 84, 94, 103, 115, 118, 130, 140
Políticas públicas	22, 28, 30, 32, 33, 40, 41, 70, 72, 74, 76, 112, 132, 134, 139, 140, 141, 142
Potencialidades locais	15, 18, 22, 32, 33, 34, 35, 36, 48
Práticas esportivas	21, 69, 70, 71, 75, 76, 87, 90, 118, 124
Presença territorial	15, 23, 77, 80, 83, 88, 90, 99, 113
Produção do conhecimento	15, 23, 24, 36, 37, 39, 41, 47

Projetos culturais	75, 93
Projetos de extensão	15, 88, 89, 93
Públicos atendidos	57, 87, 94, 96, 103, 122, 126
Qualidade de vida	9, 12, 15, 21, 31, 33, 64, 70, 71, 73, 74, 77, 90, 110, 111, 128
Redes de cooperação	32, 33, 35, 38
Relevância social	41, 42, 116, 122
Saúde	9, 15, 20, 21, 28, 30, 31, 41, 51, 58, 68, 70, 71, 72, 90, 101, 102, 104, 110, 111, 112, 115, 128, 141
Serviços públicos	16, 33
Sociedade civil	32, 38, 43, 44, 48
Sustentabilidade	15, 34, 63, 121
Tecnologia	15, 40, 112, 113, 139
Territorialização das ações	123, 125
Território	16, 31, 32, 33, 75, 79, 81, 89, 99, 113, 136, 141
Transformação social	14, 15, 17, 25, 26, 31, 44, 48, 57
Turismo	35, 75
UEMS	9, 10, 13, 15, 22, 23, 24, 25, 26, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 93, 97, 99, 103, 110, 116, 123, 125, 126, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 141, 142, 143, 144
Universidade	9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 67, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 119, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Universidade pública	10, 11, 12, 22, 24, 77, 125, 129, 131
Valorização cultural	102, 108, 109, 114, 115, 116, 129
Vínculos comunitários	12, 24, 68, 72

SOBRE OS AUTORES

JOSÉ ALEXANDRE DE SOUZA FRANCO

Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e em Licenciatura em Música pelo Claretiano Centro Universitário. Especialista em Educação Física Escolar e Saúde pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Servidor público da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com atuação na área de extensão universitária, cultura, esporte e lazer. Exerceu atividades de gestão na Divisão de Cultura, Esporte e Lazer e, posteriormente, na Divisão de Cultura (DCULT), vinculadas à Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), participando da elaboração, implementação e acompanhamento de políticas institucionais, programas, projetos e ações de extensão universitária. Possui experiência na elaboração de normas institucionais, assessoramento técnico, acompanhamento de projetos, gestão administrativa e articulação entre unidades universitárias. Atua principalmente nos temas desenvolvimento regional, extensão universitária, gestão pública, políticas culturais, cultura universitária, esporte e lazer, com interesse em pesquisas relacionadas ao papel das universidades no desenvolvimento regional, à curricularização da extensão e à contribuição das ações de cultura, esporte e lazer para a formação acadêmica e a transformação social. Também desenvolve atividades na área musical, com formação em Licenciatura em Música e participação em projetos de difusão cultural e artística.

E-mail: alexandrefranco@uems.b

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7124-2866>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6576744164806053>

CLAUDIA MARIA SONAGLIO

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2003), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (2006) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2012). Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nos Cursos de Ciências Geografia, Administração Pública e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Tem experiência na área de Economia e Desenvolvimento Regional Atuou como como Diretora de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa na Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul e, atualmente, desempenha atividades junto a Diretoria Científica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT)

E-mail: csonaglio@uems.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2840-5440>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3610325971698745>

Download



Livro: 16x23
Orelha 7 cm
Papel da Capa: Duo Design (Papel Cartão) 250g
Acabamento da Capa: Laminação Brilho
Papel do Miolo: Offset 90g
Impressão do miolo: P&B
Páginas: 152